



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

Nº 414

I - PROTOCOLE-SE
II - PUBLIQUE-SE NO DIÁRIO DA ALEP PARA
CONHECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS
III - À DL PARA PROVIDÊNCIAS
DATA 09 JUL 2016
PRESIDENTE

SÚMULA - Altera o Art. 173 e a denominação do
CAPÍTULO VIII da Constituição Estadual do
Paraná e acrescenta-lhe artigos, no que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 64 da
Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O Art. 173 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte
redação:

“Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a
proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à
adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da
Constituição Federal.”

Art. 2º - O CAPÍTULO VIII da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com
a seguinte redação:

“CAPÍTULO VIII

Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



Art. 3º - É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o Art. 225-A, com a seguinte redação:

“ART. 225-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais, e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:

- a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura;
- b) acesso ao primeiro emprego e à habitação;
- c) lazer;
- d) segurança social.

Parágrafo Único. As diretrizes das políticas a que se refere o *caput* deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de Julho de 1990 e dos demais diplomas legais pertinentes.”

Art. 4º - Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua promulgação..

Sala das Sessões, em 09 de Julho de 2014.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



APOIAMENTO

PARLAMENTAR

Pêrichs Mello

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Pr. Edson Praczyk

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Gilberto Ribeiro

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Tadeu Lenzi

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Luciano Pologian

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Eduardo Vitti

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ELTON WELTER

ASSINATURA

PARLAMENTAR

Adelino Riegro

ASSINATURA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



APOIAMENTO

PARLAMENTAR

RASIA RODRIGUES

ASSINATURA

[Signature]

PARLAMENTAR

ANIBIO WANDSCHNEEN

ASSINATURA

[Signature]

PARLAMENTAR

PEDRO LUDIAN

ASSINATURA

[Signature]

PARLAMENTAR

NELSON JUSTUS

ASSINATURA

[Signature]

PARLAMENTAR

FRANCISCO BILKER

ASSINATURA

[Signature]

PARLAMENTAR

NEREU NOGUEIRA

ASSINATURA

[Signature]

PARLAMENTAR

JOSÉ ROBERTO FACOLLI

ASSINATURA

[Signature]

PARLAMENTAR

ANTÔNIO RIBEIRO

ASSINATURA

[Signature]



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



APOIAMENTO

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

Douglas Fabricio
Douglas Fabricio

Mauro Moraes
Mauro Moraes

Domar Macaio
Domar Macaio

Wilson Quinteiro
Wilson Quinteiro

[Signature]

Mora Lima
Mora Lima

[Signature]
Cristian Kuehse

TERCIZIO TURINI
TERCIZIO TURINI



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



APOIAMENTO

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA

PARLAMENTAR

ASSINATURA



JUSTIFICATIVA

A "Constituição Cidadã", assim denominada a Carta Magna do país promulgada em 1988, trouxe inúmeros avanços para a legislação brasileira sem deixar, no entanto, algumas lacunas decorrentes tanto da correlação de forças daquele período quanto da incipiência da discussão de algumas matérias naquele momento histórico. Da mesma forma, a maioria dos textos constitucionais dos estados não avançou em algumas questões.

Dentre os diversos temas que hoje tomam relevância no cenário político do país está a questão da juventude, seja pelo aprofundamento das discussões referentes à compreensão dessa faixa etária, seja pelas demandas que pressionam o poder público no atendimento de políticas públicas específicas ao atendimento da população entre 15 e 29 anos.

Dados do Mapa da Violência, elaborado pela UNESCO, em parceria com o governo brasileiro e o Instituto Ayrton Senna, em sua sexta edição, publicada no final de 2006, ao analisar a relação entre juventude, violência e cidadania, reafirma que "os jovens brasileiros, particularmente, dos 15 aos 24 anos, são a parcela da sociedade que está mais exposta à violência, quer como vítimas, quer como agentes."

Resultado semelhante foi acolhido pelo Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) em parceria com o Ministério da Saúde, com base em dados dos anos de 2002 a 2004, divulgado no final do mês de fevereiro de 2007: "O Brasil é líder mundial em morte de jovens (15 a final 24 anos) por arma de fogo, com taxa de 43,1 assassinatos para cada 100 mil pessoas. Da faixa de 14 a 17, houve um crescimento de 63% na taxa de homicídios entre 1994 e 2004. No mesmo período, a faixa de 20 a 24 anos teve um crescimento de 36%, chegando ao patamar mais alto de todas as faixas etárias: 64,9 assassinatos para cada 100 mil pessoas".

Os dados do IBGE, do IPEA, da UNICAMP e de outros institutos oficiais demonstram que a concentração de renda e de riqueza, produtoras de pobreza e da miséria, faz com que a população juvenil tenha que procurar ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, mas paradoxalmente, não possuem qualificação educacional necessária e nem experiência, o que os leva a integrar o rol de quase 50% dos desempregados oficiais no país.

Esses exemplos são suficientes a demonstrar a necessidade da implantação de diversas políticas públicas para as juventudes urbanas e rurais; dos centros, periferias e favelas; brancas, negras e índias; masculinas e femininas; estudantes, trabalhadoras, desempregadas, etc., com o objetivo de transformar essa realidade, seja para afastá-los da violência e da criminalidade, seja para garantir os seus direitos humano econômicos, sociais e culturais, como alimentação, educação, saúde, esporte, moradia e saneamento, cultura, trabalho e lazer, entre outros.

Nesta década, principalmente nos Governos do Presidente Lula e no Governo da Presidenta Dilma, ocorreram algumas conquistas importantes para a juventude, como a criação de espaços governamentais (Secretaria Nacional da Juventude vinculada à Presidência da República e o Conselho Nacional da Juventude). A implementação de políticas públicas direcionadas aos jovens (Pró Jovem, Primeiro Emprego, Prouni, etc.), são condições para se desenvolver com dignidade. Novas, específicas, inclusivas e diferenciadas políticas são essenciais para dar conta da qualidade da população juvenil, a maior geração desde o "descobrimento" do Brasil.

No Congresso Nacional, onde funciona a Frente Parlamentar em Defesa das Políticas Públicas de Juventude, já foram aprovados e/ou tramitam importantes projetos direcionados aos jovens, dentre os quais, a Lei 12.852/2013 que criou o Estatuto da Juventude, o PL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



4530/2004 que cria o Plano Nacional de Juventude, a Emenda Constitucional 65/2010, que trata da proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.

A presente Proposta de Emenda à Constituição Estadual vem ao encontro desta necessidade de ampliarmos, através do texto legal, os instrumentos de definição, execução e controle de políticas públicas que assegurem a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, em consonância com as discussões e mudanças no ordenamento jurídico em nível nacional e internacional.

O Congresso Nacional já aprovou e a Presidenta Dilma sancionou, alterações na Constituição Federal da mesma natureza da presente PEC, bem como o país já é signatário de compromissos internacionais que se comprometem com garantias individuais e coletivas dos jovens conforme estabelece a Convenção Ibero-Americana de Direitos da Juventude.

Acrescente-se a isso, iniciativas do poder executivo estadual que já conta com estruturas institucionais que executam algumas políticas específicas à juventude, como a Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ do Governo do Paraná, bem como outras Secretarias. Destacamos, entre outras ações importantes, a realização da 1º e da 2º Conferência Estadual de Políticas Públicas para Juventude.

Neste sentido, a apreciação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição ora apresentada é de relevante importância para o avanço e consolidação das políticas públicas que asseguram os direitos da população jovem paranaense.

chegamos num momento que a CPI precisa ter um plano de trabalho para a continuidade, como ela não é uma CPI da Saúde de Curitiba. O Deputado Ney pediu, ainda, ao Secretário da Comissão Rafael e à Dra. Rose Vianna que façam uma força tarefa para expedir ofícios a todos os Prefeitos Municipais do Paraná bem como aos Secretários Municipais de Saúde para questionar sobre a situação da saúde mental em seus municípios. A questão principal a ser questionada com os Prefeitos e Secretários é se a situação no interior é a mesma da Capital e Região Metropolitana. Outro pedido do Presidente é que seja enviado imediatamente ao Prefeito de Curitiba, Sr. Gustavo Fruet, um relatório parcial mostrando o que foi apurado até o momento, juntamente com as notas legatárias de todos os reuniões, solicitando a ele que determine providências urgentes na área de saúde mental da Prefeitura de Curitiba, pois 11 mil pessoas sem atendimento de saúde psiquiátrica é uma barbaridade. O Deputado Leprevost pediu ainda um trabalho investigativo de ouvir os pacientes, ir até os locais e descobrir a real situação da área. O Presidente afirmou que pretende protocolar um pedido de prorrogação da CPI, pois acredita que a mesma é muito complexa e precisa de mais tempo para as investigações. O Presidente declarou que uma CPI viva de credibilidade e que é a credibilidade de todos os Deputados presentes que está em jogo. No final dessa CPI, o Deputado Ney pretende chamar para depor o ex Ministro da Saúde, bem como o atual. O Deputado Leprevost disse que o problema da Saúde Mental vai desencadear uma série de outros desdobramentos em outras áreas de saúde. O Deputado Leprevost pediu um cálculo de quanto tempo leva para conseguir mandar um documento para todos os prefeitos do Paraná, daí tem que ouvir a resposta deles, vai ter que ouvir o Secretário de Saúde. A Deputada Maria Tereza pediu que seja realmente estipulado um prazo plausível visto que os municípios menores terão grande dificuldade em responder, coisa de 10 dias no máximo. Mas municípios maiores como Campo Mourão, Regiões Metropolitanas, Regiões Polos, vão necessitar de mais tempo. O Presidente Ney acredita que no máximo 30 dias seria um prazo bom. O Dr. Rolta disse que em conjunto já podem chamar os pacientes. Ney disse que o ideal era ele trazer situações e pacientes que apresentem situações diferentes, como um caso de um paciente que tenha um problema de dependência química e não consegue internamento; outro de esquizofrenia, pois seria impossível trazer os cinco mil pacientes aqui numa manhã ou duas para ouvir. Priorizar casos que fustem o que está ocorrendo em diversas áreas. O Deputado Felipe Lucas pediu a ajuda dos psiquiatras que já estiveram aqui para selecionar o grupo ou algumas pessoas por área. E disse que é importante também investigar a questão no Hospital do Idoso, se tem algum paciente que passou por alguma situação difícil ou pacientes que foram negados de irem para o CAPS. O Deputado Ney Leprevost disse ser bom também ver a questão na Secretaria da Justiça do pessoal que está encarcerado e dependentes químicos presos. Poderia também até agendar, depois, um comício, para a própria Secretária Maria Tereza, vir aqui conversar também. Ficou acordado que a próxima fase seria técnica e administrativa, com as entrevistas e envio de ofícios para os Municípios. Após essa fase, a CPI vai ouvir os pacientes; posteriormente a parte que está sendo acusada de estar falhando, como a Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura Municipal. E, depois, será feito um relatório e o envio ao Ministério da Saúde para virem depor. E aí, a CPI vai apresentar sugestões para a saúde mental do Brasil, não apenas aqui de Curitiba, para que esta não seja uma CPI local, mas que atenda também a todo o país pois os problemas ocorrem em âmbito nacional. Ficou acordado que, nos próximos cinquenta dias, o Sr. Rafael Chemim Guimarães, a Dra. Rose Vianna, o Sr. Hélio de Paula e o Sr. Carlos Gabriel Zanata farão um levantamento técnico, tanto na capital quanto no interior do Estado. O Presidente da Comissão deu por finalizada esta reunião. Estiveram trabalhando junto à Comissão os Srs. Hélio de Paula, Carlos Gabriel Zanata Cardoso e orientando a parte jurídica a Dra. Rose Vianna. Nada mais havendo a tratar, foi levada a presente ata, que segue assinada por mim. Rafael Régner Chemim Guimarães, Jamilata e Secretário da Comissão Parlamentar de Inquérito da Saúde Psiquiátrica e pelos presentes Deputados.

Presidente - Dep. Ney Leprevost

Relator - Dep. Dr. Felipe Lucas

Dep. Delfo Genail

Dep. Maria Tereza

Rafael Régner Chemim Guimarães - Secretário da CPI

84339/2014

Comissão Executiva

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Nº 4/2014

SÚMULA - Altera o Art. 173 e a denominação do CAPÍTULO VIII da Constituição Estadual do Paraná e acrescenta-lhe artigos, no que especifica.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Art. 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O Art. 173 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 173. O Estado e as Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal."

Art. 2º - O CAPÍTULO VII da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

"CAPÍTULO VII

Da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso"

Art. 3º - É acrescentado à Constituição Estadual do Paraná o Art. 225-A, com a seguinte redação:

"ART. 225-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais, e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:

- a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura;
- b) acesso ao primeiro emprego e à habitação;
- c) lazer;
- d) segurança social.

Parágrafo Único. As diretrizes das políticas a que se refere o caput deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.069, de 12 de Julho de 1990 e dos demais diplomas legais pertinentes."

Art. 4º - Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 09 de Julho de 2014.

PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual

84339/2014



**Há 68 anos
a história do Paraná
passa por aqui.**

www.imprensaoficial.pr.gov.br

PARANÁ

Processo Legislativo

Comissão Executiva

ATO DO PRESIDENTE Nº 9/2014

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, inciso XXXI, do Regimento Interno, em face do contido no art. 191 do Regimento Interno e do Comunicado lido no Expediente da Sessão Plenária de dia 2 de setembro de 2014,

DECLARA

Constituída a Comissão Especial que tem como finalidade opinar quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 4/2014, de autoria do Deputado Professor Lemos, que altera o art. 173, a denominação do Capítulo VIII do Título VI, e acrescenta o art. 225-A à Constituição Estadual.

Nos termos da indicação dos líderes, a Comissão Especial será composta pelos seguintes Deputados: Nereu Moura (PMDB), titular e Luiz Cláudio Romanelli (PMDB), suplente; Bernardo Cadi (PSDB), titular e Nelson Garcia (PSDB), suplente; Pedro Lupion (DEM), titular e Elio Rusch (DEM), suplente; Elio Verr (PT), titular e Tadeu Veneri (PT), suplente; Rasca Rodrigues (Bloco PP/PPV/PSL), titular e Adelino Ribeiro (Bloco PP/PPV/PSL), suplente.

Conforme deliberação dos membros titulares, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e do art. 62 da Constituição Estadual, a Comissão será presidida pelo Deputado Bernardo Cadi e será relator o Deputado Pedro Lupion.

Gabinete da Presidência, 9 de setembro de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

09/09/2014

RESOLUÇÃO Nº 14, de 2 de setembro de 2014

Aprova Prestação de Contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de maio de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na resolução nº 3, de 15 de maio de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de maio de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 2 de setembro de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

09/09/2014

RESOLUÇÃO Nº 16, de 2 de setembro de 2014

Aprova Prestação de Contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de junho de 2014.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na resolução nº 3, de 15 de maio de 2004, com as modificações contidas na Resolução nº 3, de 13 de abril de 2009, referente ao mês de junho de 2014.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 2 de setembro de 2014.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

09/09/2014

Publicações Administrativas

Atos de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1197/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6971 em 20 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que REJANE MARISE GHILARDI, Matrícula nº 10.450, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado NEY LEPREVOST NETO, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 04/09/2014 até 03/10/2014, com pagamento da gratificação referente ao tempo de férias em agosto de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 25 de agosto de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1198/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6970 em 20 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que JOZIRA FERREIRA DA COSTA, Matrícula nº 10.894, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado NEY LEPREVOST NETO, estará em gozo de férias referente ao período 2013/2014, a partir de 04/09/2014 até 03/10/2014, com pagamento da gratificação referente ao tempo de férias em agosto de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 25 de agosto de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1199/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6969 em 20 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que LUCIANO GUIMARÃES, Matrícula nº 11.385, servidor do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotado no Gabinete do Deputado NEY LEPREVOST NETO, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 04/09/2014 até 03/10/2014, com pagamento da gratificação referente ao tempo de férias em agosto de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 25 de agosto de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal

PORTARIA DA DIRETORIA DE PESSOAL Nº 1200/2014

O Diretor de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o art. 149 da Lei nº 6.174/70, tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6968 em 20 de agosto de 2014,

RESOLVE:

Comunicar que LUCIA BIANECK, Matrícula nº 7137, servidora do quadro de pessoal desta Assembleia Legislativa, lotada no Gabinete do Deputado NEY LEPREVOST NETO, estará em gozo de férias referente ao exercício 2014, a partir de 15/09/2014 até 14/10/2014, com pagamento da gratificação referente ao tempo de férias em setembro de 2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 25 de agosto de 2014.

BRUNO PEROZIN GAROFANI
Diretor de Pessoal



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputado Pedro Lupion
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura



PARECER

Da Comissão Especial, criada por intermédio do ATO DO PRESIDENTE Nº 9, de 15 de setembro de 2014, em relação a proposta de EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 04/2014, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos.

Relator: PEDRO LUPION

I – RELATÓRIO

Trata-se de Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Professor Lemos, que tem por objetivo alterar o art. 173, para acrescentar a juventude ao rol de proteção; alterar a denominação do Capítulo VIII do TÍTULO VI, e acrescentar o art. 225-A à Constituição do Estado do Paraná.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 191 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de sua admissibilidade, a Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, preenche o requisito insculpido no art.

8. 1



64, I, da Constituição do Estado do Paraná, no tocante à competência legislativa para deflagrar tal proposição.

Art. 64. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa;

II - do Governador do Estado;

III - de um terço das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros. (Original sem destaques)

Ademais, a proposta observa a regra constitucional que veda emenda à Constituição na vigência de intervenção federal no Estado, estado de defesa ou estado de sítio (art. 64, § 1º, CE).

Superado tal ponto, e para que seja possível analisar de forma adequada a proposta de emenda constitucional em comento, preliminarmente, salutar mencionar que a presente proposta de Emenda à Constituição não atende aos ditames estabelecidos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, no que tange à técnica legislativa, uma vez que ao se referir, em seu art. 2º, a alteração do Capítulo VIII, não traz informação sobre o Título ao qual pertence tal capítulo.

Com relação ao mérito da proposta, notadamente quanto à ampliação da proteção para que se estenda também à juventude, é necessário ressaltar que os jovens representam mais de um quarto da população brasileira, e, por isso, este é o momento de fortalecer políticas públicas que garantam direitos a eles.

O fato de a Constituição do Estado ser um instrumento de defesa da nossa juventude será um marco e um vetor de políticas para a juventude, pois até este momento prevê apenas proteção à infância e à adolescência, o que urge a necessidade de ampliar essa proteção.



Foi a partir do I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância no ano de 1922, que a questão da assistência à infância no Brasil passou a ser discutida. As primeiras normas de assistência social, visando à proteção dos 'menores abandonados' foram criadas através do decreto nº. 16.272, de 20 de dezembro de 1923, em sequência, o decreto nº16.273, de 20 de dezembro de 1923, editado para reorganizar a justiça do Distrito Federal, incluindo a figura do Juiz de Menores na administração da justiça e, com isso, a criança e o adolescente passam a ter uma legislação especial, a partir do primeiro Juizado de Menores. O Juízo de Menores estruturara um modelo de atuação que se manteria ao longo da história da assistência pública no país, funcionando como um órgão centralizador do atendimento oficial ao menor fosse ele recolhido nas ruas ou levado pela família. O objetivo da internação era preservar ou reformar os menores apreendidos (RIZZINI, 1995, p. 258).

Foi a partir do Código de Menores criado em 12, de outubro de 1927, por meio do Decreto nº 17.943-A, também conhecido como Mello Matos¹ que a infância tomou proporções significativas como ação social do Juízo de Menores, que foram consolidadas as leis de assistência e proteção aos menores, destinando-se a legislar sobre as crianças de 0 a 18 anos, o enfoque da justiça era voltada ao assistencialismo e ao paternalismo. Embora elaborado exclusivamente para o controle da infância abandonada e dos delinquentes de ambos os sexos, menores de 18 anos (art.1º), o Código Mello Mattos foi, apesar disto, o primeiro diploma legal a dar um tratamento mais sistemático e humanizador à criança e ao adolescente, consolidando normas esparsas anteriores e prevendo, pela primeira vez, a intervenção estatal nesta delicada seara social.

Portanto o Código de 1927 consolidou-se como a primeira legislação brasileira para as crianças e os adolescentes. Neste período, a proposta era resolver os problemas dos menores, não apenas no âmbito jurídico, mas englobando também as questões assistenciais.

¹ Professor e jurista José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, foi o primeiro juiz de menores do Brasil e da América latina, passou a elaborar projetos que culminaram, em 1923, na criação do Juízo de Menores do Distrito Federal.

2 P 3 8 1 2 1 3



O sistema de proteção e assistência previsto no Código de Menores submetia qualquer criança, por sua simples condição de pobreza, à ação da Justiça e da Assistência. A esfera jurídica era protagonista na questão dos menores, por meio da ação jurídico-social dos Juízes de Menores. O termo "menor" tomou dimensões estigmatizadas dentro da própria política de atendimento.

Na prática jurídica, a construção do menor tem os seguintes sentidos: Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral, e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas. (RIZZINI,1993, p.96).

No período do governo de Getúlio Vargas, a infância tornou-se questão de defesa nacional, ocasionando uma série de iniciativas legislativas e administrativas levadas a superar os antigos problemas, bem como propiciar maior proteção a infância tratando-as como duas categorias distintas: o menor e a criança.

Os termos infância, adolescência e juventude ganharam novos contornos na atualidade.

Adolescência e juventude são condições sociais parametrizadas por uma faixa etária. Embora se confundam e sejam utilizados como sinônimos, são conceitos diferentes.

No ordenamento jurídico ordinário brasileiro é aplicável a doutrina da proteção integral, que é aquela que atua buscando garantir todas as necessidades da pessoa enquanto infante, possibilitando o total desenvolvimento de sua personalidade, mediante condutas protetivas.



A atenção que atualmente se observa na legislação brasileira nem sempre foi dispensada à infância e à juventude, subsistindo por décadas atitudes estatais repressivas.

A Carta Magna brasileira e a legislação menorista vigentes até então, atuavam com base nos ensinamentos da doutrina da proteção integral, e davam ênfase à proteção especial, somente às crianças e aos adolescentes. Abrangiam, portanto, aspectos como a criação de programas de prevenção e atendimento especializado a dependentes de entorpecentes e drogas afins. Essa proteção se estendeu à juventude com a edição da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), que delinea o jovem como pessoa entre 15 e 29 anos, seguindo a tendência internacional.

Assim, podem ser considerados jovens os adolescentes-jovens (entre 15 e 17 anos), os jovens-jovens (com idade entre os 18 e 24 anos) e os jovens adultos (faixa-etária dos 25 aos 29 anos).

A Constituição Estadual traz previsão no art. 173 de proteção à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.

Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.

Com relação ao mesmo tema, a Constituição Federal dispõe:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

Oportuno lembrar que a confecção pelos Estados-Membros de Constituições Estaduais que permitam o exercício de autogoverno é fruto do poder constituinte derivado decorrente, que também é derivado do próprio poder originário que estabelece a Carta Política, encontrando seus

PARANÁ



parâmetros de manifestação nas regras da própria Constituição da República. Tal possibilidade se extrai do art. 25, caput, da CR/88:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º - São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Dessa sorte, percebe-se que, com vista à garantia da ordem constitucional temos princípios regentes que são correlatos ao da Supremacia da Constituição tais como o Princípio da Simetria e da Repetição Obrigatória.

O primeiro diz respeito ao fato de que as Constituições Estaduais devem guardar simetria com a Constituição Federal (art. 25, caput, CR/88), objetivando-se a manutenção do pacto federativo. Nesse sentido é que a formulação da Constituição Estadual poderá conter em seu bojo normas de repetição facultativa e normas de repetição obrigatória.

Esclareça-se que se entende como norma de repetição ou normas repetidas, aquelas trazidas da Constituição federal pelo constituinte estadual, subdividindo-se estas em obrigatórias e facultativas.

São normas de repetição obrigatória, também chamadas de normas de observância obrigatória, ou de reprodução, normas centrais, isto é, que instituem a verdadeira federação. Cite-se como exemplo as normas que tratam sobre a titularidade do Poder.

Já as facultativas, também denominadas de normas de imitação, são aquelas em que o Estado-membro não tem obrigação de repetir, porém, caso o faça, deverá observar o princípio da simetria, tratando a matéria da mesma forma prevista na Constituição Federal.

R. E.
P. B. R. A. I. A.



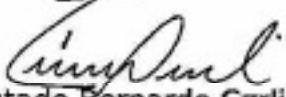
Sob o enfoque do princípio da simetria, e em acurada análise ao dispositivo que se pretende alterar da Constituição Estadual, entendemos que este não está no rol daqueles que devem observância obrigatória ao texto da Carta Federal, pois que impedimento não há para a alteração almejada, a qual, frise-se, somente pretende estender a proteção constitucionalmente prevista à juventude

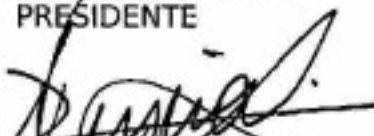
III - CONCLUSÃO


Do exposto, resta clara a necessidade de adaptação da Constituição do Estado do Paraná para seguir os padrões internacionais e com isso estender a proteção dispensada às crianças e aos adolescentes também à juventude.

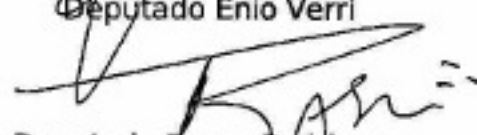
Assim, esta comissão emite parecer FAVORÁVEL à Constitucionalidade da proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2014, na forma do substitutivo geral anexo.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2014.


Deputado Bernardo Carli
PRESIDENTE


Deputado Pedro Lupion
RELATOR


Deputado Enio Verri


Deputado Rasca Rodrigues


Deputado Nereu Moura



**SUBSTITUTIVO GERAL À PROPOSTA
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4/2014**

"Alteração do art. 173, da
denominação do CAPÍTULO VIII do
TÍTULO VI e inserção do art. 225-A,
concernentes à Constituição Estadual.

Art. 1º O art. 173 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 173. O Estado e os Municípios assegurarão, no âmbito de suas competências, a proteção e a assistência à família, especialmente à maternidade, à infância, à adolescência, à juventude e à velhice, bem como a educação do excepcional, na forma da Constituição Federal.

Art. 2º O CAPÍTULO VIII do TÍTULO VI da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

TÍTULO VI

(...)

CAPÍTULO VIII

DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO.

Art. 3º Insere o art. 225-A à Constituição Estadual, com a seguinte redação:

Art. 225-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:

I – formação profissional e desenvolvimento da cultura;

II – acesso ao primeiro emprego e à habitação;

III – lazer;

IV – segurança social.

Parágrafo único. As diretrizes das políticas a que se refere o *caput* deste artigo serão asseguradas pelo Estatuto da Juventude e pelo Plano Estadual da Juventude, instituídos por lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e nos demais diplomas legais pertinentes.

[Assinaturas manuscritas]



Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2014.

Deputado Bernardo Ribas Carli
PRESIDENTE

Deputado Pedro Lupion
RELATOR

Deputado Nereu Moura

Deputado Enio Verri

Deputado Rasca Rodrigues



JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda à Proposta a fim de adequá-la à Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, bem como à Lei Complementar Estadual nº 176, de 14 de julho de 2014.

[Assinatura]
[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

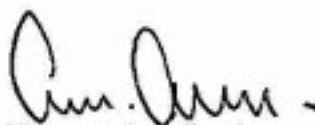
Redação Final ao Projeto de Lei nº 215/2014
(Autoria do Deputado Luiz Accorsi)

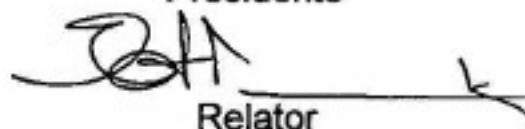
Denominação de trecho da Rodovia
PR-182 que liga os Municípios de
Nova Londrina e Itaúna do Sul.

Art. 1º Denomina Prefeito Olivier Grendene o trecho da
Rodovia PR-182 que liga os Municípios de Nova Londrina e Itaúna
do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 01 de dezembro de 2014.


Alexandre Curi
Presidente


Relator







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 418/2014 (Autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli)

Concessão de Título de Utilidade Pública à Sociedade
Evangélica Maranata de Desenvolvimento
Assistencial, Educacional e Cultural – Semdaec, com
sede e foro NO Município de Ribeirão do Pinhal.

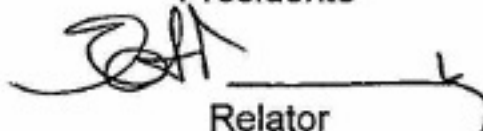
Art. 1º Concede Título de Utilidade Pública à Sociedade
Evangélica Maranata de Desenvolvimento Assistencial, Educacional
e Cultural – Semdaec, com sede e foro no Município de Ribeirão do
Pinhal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 01 de dezembro de 2014.


Alexandre Curi

Presidente


Relator









LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 14 ABR. 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 177 /2014

Revoga a Lei nº 6.558, de 12 de
junho de 1974.

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 6.558, de 12 de junho de 1974.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Deputado Estadual

Deputado PEDRO LUPION
Deputado Estadual

Deputada CANTORA MARA LIMA
Deputada Estadual

Deputado TADEU VENERI
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná




Deputado **TERCILIO TURINI**
Deputado Estadual


Deputado **ANDRE BUENO**
Deputado Estadual

Deputado **ANIBELLI NETO**
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública já concedido por lei anterior.

A Lei nº 5.447, de 24 de dezembro de 1966 já havia concedido o título de Utilidade Pública ao Lar da Acadêmica de Curitiba. Contudo, houve novo processo legislativo e a instituição recebeu novamente o título através da Lei ora revogada.

Assim, e diante da necessidade da revogação da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 14 de abril de 2014.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 177/2014

Projeto de Lei nº. 177/2014

Autores: Deputado Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 6.558, de 12 de Junho de 1974.

EMENTA: REVOGA A LEI 6.558/1974, QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caio Quintana, Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar a seguinte lei:

Lei 6.558/1974. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.

A lei elencada acima passou por dois processos legislativos, sendo que apenas uma das leis tem o texto correto, motivo pelo qual a necessidade em revogar-se a outra.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A Iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase
de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando este entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

- I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;
- II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;
- III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;
- IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

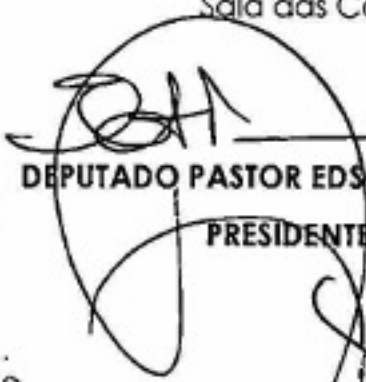
VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

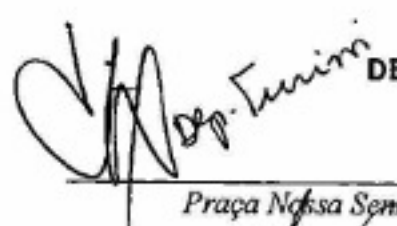
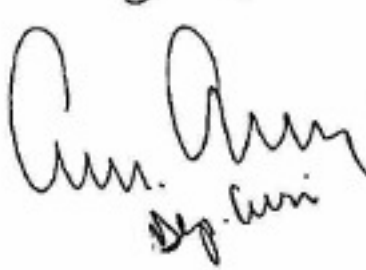

CONCLUSÃO



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

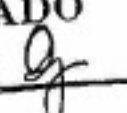
Sala das Comissões, em 29 de abril de 2014.

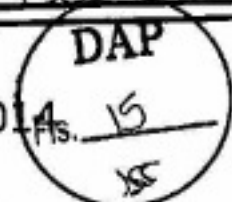

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANÁVACA
RELATOR




Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



APROVADO

29/04/14 



SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 177/2014

Nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se o presente substitutivo ao Projeto de Lei nº 177/2014:

"Revogação da Lei nº 5.447, de 24 de dezembro de 1966, e da Lei nº 6.558, de 12 de junho de 1974 (que concederam Título de Utilidade Pública).

Art. 1º Revoga as seguintes Leis de concessão de Título de Utilidade Pública:

- I - Lei nº 5.447, de 24 de dezembro de 1966, e
- II - Lei nº 6.558, de 12 de junho de 1974.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, em 11 de novembro de 2014.

② Arlindo
③ Roberto
④ Adilino
⑤ D. Bolsola
Deputado Estadual
JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda tendo em vista que a entidade anteriormente declarada de Utilidade Pública não mais cumpre com os requisitos exigidos na Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, para a manutenção do referido título, motivo que respalda a necessidade da revogação de ambas as Leis que o concederam.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 177/2014

Projeto de Lei nº. 177/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Revoga a Lei nº 6.558, de 12 de Junho de 1974.

EMENTA: REVOGAÇÃO DA LEI Nº 6.558/1974, QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, têm por objetivo revogar a seguinte Lei:

Lei 6.558/1974. Súmula: Declara de Utilidade Pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Esta Lei concedeu o título de Utilidade Pública ao Lar da Acadêmica de Curitiba, entretanto a Lei nº 5.447 de 24 de dezembro de 1966 já havia concedido o título de Utilidade Pública, justificando a necessidade de revogação da Lei.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:

Art. 6º. Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades;

II- Os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

V- As entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ademais, se torna necessária a análise dos requisitos dispostos no art. 1º da referida lei, para assinalar as situações em que serão possíveis a concessão do título de Utilidade Pública, verbis:

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



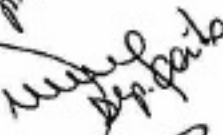
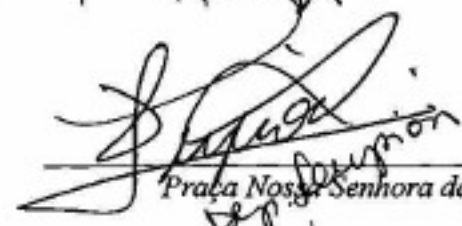



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR








Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

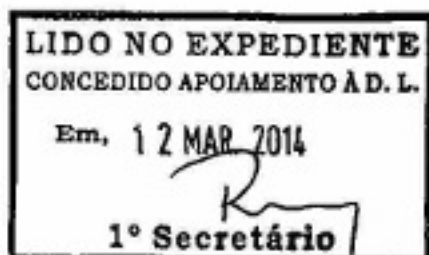
25.11.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 126 /2014



Súmula: Institui o pagamento de meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de câncer.

Art. 1º - Fica instituída o pagamento da meia entrada em todos os locais de espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas, eventos esportivos, de lazer, entretenimento e demais manifestações culturais no Estado do Paraná aos portadores de câncer.

Art. 2º - A meia entrada deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, estabelecendo as formalidades do documento que identifique o portador da doença e as sanções pelo descumprimento da norma.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2014.


ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

15:08 12/03/2014 001066 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem como objetivo instituir o pagamento da meia entrada para portadores de câncer em todos os locais de espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas, eventos esportivos, de lazer, entretenimento e demais manifestações culturais no Estado do Paraná.

Receber o diagnóstico de câncer acarreta um enorme choque de realidade e representa, além de muito sofrimento, a necessidade de recursos financeiros para se submeter ao tratamento. O paciente passa por sofrimento físico e psicológico, incertezas, ameaças, tratamentos agressivos e, por vezes, mutilantes. O custo desta doença sem dúvida é alto. Medicamentos de uso contínuo e exames caros são encargos pesados.

Pesquisas realizadas pelo Núcleo de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal de Sergipe apontam os efeitos positivos da implantação de projetos lúdicos, relacionados à qualidade de vida e à humanização, aí incluída a música no tratamento de pessoas portadoras de câncer.

A presente proposta permitirá que portadores de câncer tenham uma facilitação do acesso a eventos culturais, de lazer, esportivos, musicais e demais congêneres, contribuindo na melhoria da qualidade de vida do paciente durante o tratamento.

Quanto à legitimidade para apresentação do presente Projeto, constatamos que a iniciativa encontra amparo no princípio da igualdade, constante no artigo 5º da Constituição Federal, e na competência legislativa concorrente à União, Estados e Municípios, prevista no seu art. 24, incisos IX, XII e XIV.

Diante do exposto, certo da importância da presente proposição para garantir uma melhor condição de vida aos portadores de câncer, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 12 de março de 2014.


ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI 126/2014

Projeto de Lei nº 126/14
Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Institui o Pagamento de meia-entrada em Espetáculos Teatrais e Musicais, Exposições de Arte, Exibições Cinematográficas e demais manifestações Culturais e/ou Esportivas aos Portadores de Câncer.

EMENTA: INSTITUI O PAGAMENTO DE MEIA-ENTRADA EM ESPETÁCULOS TEATRAIS E MUSICAIS, EXPOSIÇÕES DE ARTE, EXIBIÇÕES CINEMATOGRAFICAS E DEMAIS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E/OU ESPORTIVAS AOS PORTADORES DE CÂNCER. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. ARTS. 33-A E 124 RI ALEP. ARTS. 24, 190 E 215 CF. JURISPRUDÊNCIA STJ. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibelli Neto, tem por objetivo instituir a meia-entrada para os Portadores de Câncer em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Saete s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR



1 - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** determina, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislares concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à^a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX – educação, cultura, ensino e desporto.

(...)

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme aduz a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, observe-se:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando à realização dos valores essenciais da pessoa.

Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar n° 95/98.

CONCLUSÃO

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR



Diante do exposto opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativo.

Curitiba, 05 de Agosto de 2014.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR


DEP. SCAVACCA



DEP. ROMANELI



DEP. TEÓFILO



DEP. PASTOR EDSON

APROVADO

08/08/14


DEP. LUPION


DEP. TADEU


DEP. ALEXANDRE

Gabinete Deputado Hermas Junior
Praça Nossa Senhora de Salette s/n, Curitiba / PR CEP: 80530-911
Gabinete 302 – Fone/Fax (41) 3350-4074 – (41)3350-4170
Site: www.hermasjunior.com.br e-mail: contato@hermasbrandaojr.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Cultura



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 126/2014

Autor: Deputado Anibelli Neto

Relator: Deputado Wilson Quinteiro

Súmula: Institui o pagamento de meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de câncer.

I – SÍNTESE FÁTICA

O Projeto de Lei em questão, objetiva instituir o pagamento de meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de câncer.

Através da Comissão de Constituição e Justiça, o relator Deputado Hermas Brandão Junior exarou parecer pela constitucionalidade e legalidade do projeto de lei em questão.

Com isto, o Projeto foi encaminhado para a análise desta Comissão de Cultura acerca do mérito.

II – MÉRITO

R



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Cultura



Conforme prevê artigo 29 do Regimento Interno desta Casa de Leis, é papel das Comissões Permanentes pronunciarem-se, via parecer, acerca de proposições relacionadas à sua área de atuação.

Tal prerrogativa é também reafirmada no artigo 30 parágrafo 2º, inciso I que prevê a manifestação desta Comissão em todas as matérias correlatas à sua área temática.

Como já dito anteriormente, o projeto institui o pagamento de meia entrada em espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de câncer no Estado do Paraná.

A difusão e acesso a Cultura é direito garantido pela Carta Magna, conforme evidencia o art. 215 do texto Constitucional, in verbis:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais

A Constituição do Estado do Paraná, no art. 165, garante o acesso a cultura, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

E como bem justificado esta no projeto, há pesquisas que apontam resultados positivos de implantação de projetos lúdicos no tratamento de pessoas com câncer, pois melhora a qualidade de vida desses pacientes.

Com isto, o projeto, objeto de análise desta Comissão de Cultura, merece aprovação com congratulações, na medida em que auxilia diretamente no tratamento dessa doença tão sofrida, e com certeza a facilitação do acesso a atividades culturais irá auxiliar em uma melhor qualidade de vida.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello

Comissão de Cultura




III – CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que, o que estabelece está em absoluta consonância com o ordenamento jurídico brasileiro e paranaense.


Curitiba, 07 de outubro de 2014.


DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO
PRESIDENTE


DEPUTADO WILSON QUINTEIRO
RELATOR


DEPUTADO RASCA RODRIGUES
MEMBRO


DEPUTADO BERNARDO CARLI
MEMBRO


DEPUTADO CAIO QUINTANA
MEMBRO

DEPUTADO TERUO KATO
MEMBRO


DEPUTADO PEDRO LURIÓN
MEMBRO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 126/2014

Autor: Deputado Anibelli Neto.

Relator: Deputado Jonas Guimarães.

Súmula: Institui o pagamento de meio entrada em espetáculos teatrais e músicas, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de câncer.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 126/2014, de autoria do Deputado Anibelli Neto, dispõe sobre o pagamento de meio entrada em espetáculos teatrais e músicas, exposições de arte, exibições cinematográficas e demais manifestações culturais e ou esportivas aos portadores de câncer.

Em observação ao art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se em relação Projeto de Lei em tela.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa



Em relação à tramitação do PL nesta casa legislativa, uma vez lido em expediente e autuado foi encaminhada para Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Defesa da Cultura, nos termos regimentais, comissões essas que exararam pareceres favoráveis.

FUNDAMENTAÇÃO

Este projeto tem como objetivo instituir o pagamento de meia-entrada para portadores de câncer em todos os locais de espetáculos teatrais e musicais, exposições de arte, exhibições cinematográficas, eventos esportivos, de lazer, de entretenimento e demais manifestações culturais no Estado.

O paciente diagnosticado com câncer recebe um enorme choque, além de muito sofrimento.

O paciente passa por sofrimento físico e psicológico, incertezas, ameaças, tratamentos agressivos e, muitas vezes, mutilantes.

Esta proposta permitirá que pacientes de câncer tenham acesso a eventos culturais e congêneres, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do paciente durante o tratamento.

Certos da importância da proposição para garantir uma melhor condição de vida aos portadores de câncer, contamos com o apoio dos nobres deputados para a aprovação deste projeto de lei.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa

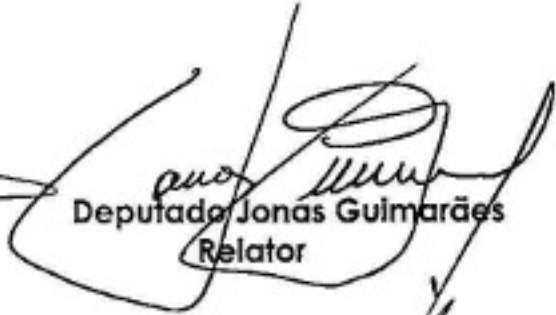


CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio
opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 126/2014, de autoria do
Deputado Gilson de Souza.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2014.


Deputado André Bueno
Presidente


Deputado Jonas Guimarães
Relator


Deputado Caio Quintana


Deputado Dúlio Genari


Deputado Nelson Garcia


Deputado Jonas Guimarães




Toninho
Wanderscheer



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 17 MAR 2014

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 135 /2014

Revoga Leis que concederam Título de
Utilidade Pública.

Art. 1º Revoga as seguintes Leis que concederam Título de Utilidade Pública:

I – Lei nº 8.057, de 26 de dezembro de 1984;

II – Lei nº 8.265, de 13 de janeiro de 1986 e

III – Lei nº 8.482, de 21 de maio de 1987.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de março de 2014.

CAÍTO QUINTANA

Deputado Estadual

PEDRO LUPION

Deputado Estadual

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual

TADEU VENERI

Deputado Estadual

TERCÍLIO TURINI

Deputado Estadual

ANIBELLI NETO

Deputado Estadual

ANDRÉ BUENO

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não cumprem os requisitos da Lei de concessão, pois se tratam de Mitras Arquidiocesanas, instituições que representam o bispado da Igreja Católica, como pessoa jurídica.

A declaração de Utilidade Pública é prevista para entidades que comprovem interesse público e prestem serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade.

Segundo as regras insculpidas pela Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos preceitos nela elencados – incluindo a observância ao interesse público – não poderá ser enquadrada como de Utilidade Pública (na hipótese de já ter sido o título outorgado anteriormente, deixará de sê-lo caso a entidade não reveja seu estatuto e suas condutas de acordo com os ditames legais).

Além das exigências dispostas no art. 1º da Lei acima mencionada, seu art. 6º também assinala situações em que não será possível a declaração de Utilidade Pública a determinadas entidades:

Art. 6º Não serão passíveis de qualificação como entidade de Utilidade Pública, ainda que cumpram, de qualquer forma, os requisitos descritos no art. 1º desta Lei, as seguintes entidades:

I - as sociedades comerciais;

II - os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional e as organizações estudantis;

III - as instituições religiosas voltadas, exclusivamente, para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;

IV - as organizações partidárias, inclusive suas fundações;

V - as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;

VI - ...Vetado...;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Centro de Apoio Legislativo



VII - ...Vetado...;

VIII - as fundações públicas;

IX - as fundações, sociedades civis ou associações de direito privado criadas por órgão público ou fundação pública. (grifo do Parlamentar proponente)

Cabe ressaltar que o texto transcrito veda expressamente a declaração de Utilidade Pública a entidades de classe e àquelas que proporcionam bens ou serviços apenas a grupos restritos de pessoas.

Adentrando no campo doutrinário, tem-se que as entidades de Utilidade Pública, por definição, são pessoas jurídicas de direito privado criadas ou instituídas por particulares para o desempenho perene, efetivo e desinteressado de atividades de interesse público, pautadas na prática da benemerência, visando ao bem-estar social, às necessidades e ao proveito de toda a coletividade. São passíveis de serem reconhecidas pelos poderes públicos como espontâneas colaboradoras do Estado e, conseqüentemente, não podem ser destinadas a beneficiar apenas grupos restritos de pessoas.

Em outras palavras, a entidade deve buscar o benefício do maior número possível de pessoas, mesmo que estas não sejam a ela afiliadas ou de alguma forma vinculadas, e sem que seja obrigatório contribuir financeiramente com tal entidade.

Portanto, diante da necessidade da revogação das Leis pelos motivos acima expostos, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.

Sala das Sessões, 17 de março de 2014.

SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para Impressão

Lei 8057 - 26 de Dezembro de 1984

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 1936 de 27 de Dezembro de 1984

Súmula: Declara de utilidade pública a "MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA", com sede e foro no Município de Londrina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA", com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 26 de dezembro de 1984.

José Richa
Governador do Estado

Luiz Cordoní Junior
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO**Sistema Estadual de Legislação**

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 8265 - 13 de Janeiro de 1986

Alterado Compilado Original 1

Publicado no Diário Oficial nº. 2197 de 16 de Janeiro de 1986

Súmula: Declara de utilidade pública a "Mitra Diocesana de Umuarama", com sede no Município de Umuarama.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "Mitra Diocesana de Umuarama", com sede no Município de Umuarama.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 13 de janeiro de 1986.

José Richa
Governador do Estado

Luiz Cordani Junior
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná


SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO

SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 8482 - 21 de Maio de 1987

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 2529 de 22 de Maio de 1987

Súmula: Declara de utilidade pública a "MITRA DIOCESANA DE PALMAS", com sede e foro no Município de Palmas-PR.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "MITRA DIOCESANA DE PALMAS", com sede e foro no Município de Palmas-PR.**Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de maio de 1987.

Álvaro Dias
Governador do Estado*Rubens Bueno*
Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários-----
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - ParanáSECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/2014

Projeto de Lei nº. 135/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Aníbelli Neto.

Súmula: Revoga leis que concederam título de Utilidade Pública.

EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 8.057/1984, 8.265/1986 E 8.482/1987 QUE OUTORGA O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCESSÃO DA LEI Nº 17.826/2013- PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Andre Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Aníbelli Neto, tem por objetivo revogar as seguintes leis:

Lei 8.057/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a "MITRA ARQUIDIOCESANA DE LONDRINA", com sede e foro no Município de Londrina.

Lei 8.265/1986. Súmula: Declara de utilidade pública a "Mitra Diocesana de Umuarama", com sede no município de Umuarama.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 8.482/1984. Súmula: Declara de utilidade pública a "MITRA DIOCESANA DE PALMAS", com sede e foro no Município de Palmas- PR.

Estas Leis concedem o título de utilidade pública a entidades que não cumprem os requisitos de concessão, pois se tratam de Mitras Arquidiocesanas, instituições que representam o bispado da Igreja Católica, como pessoa jurídica.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Conforme a Lei nº 17.826/2013, se a entidade deixar de observar qualquer um dos requisitos nela elencadas, não poderá ser enquadrada como de utilidade pública, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 1º. O Título de Utilidade Pública será concedido por Lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I - ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II - ter personalidade jurídica há mais de um ano;

III - ter finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto;

IV - não ter fins lucrativos, não distribuir lucros, bonificações, dividendos ou quaisquer outras vantagens aos seus associados, fundadores ou mantenedores e ter o respectivo patrimônio aplicado na consecução do objetivo social;

V - gestão administrativa e patrimonial que garanta e preserve o interesse público;

VI - que em caso de dissolução, a destinação do patrimônio à entidade congênere ou ao Estado.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar nº. 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



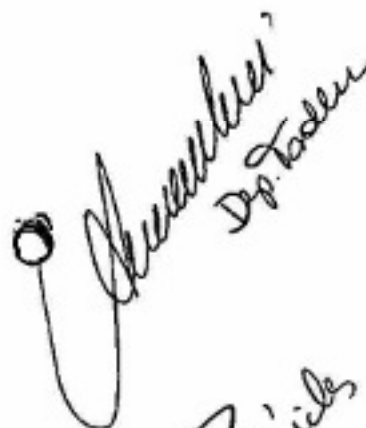
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Tadeu


Dep. Pericles


Dep. Guimaraes


Dep. Romualdo


Dep. Celso


Dep. Pastor

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14

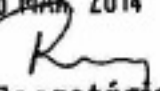




PROJETO DE LEI Nº 149,24

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 26 MAR 2014


1º Secretário

Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado Paraná ao Senhor Luiz Alexandre Solano Rossi.

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Alexandre Solano Rossi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de março de 2014.


Enio Verri
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Alexandre Solano Rossi em virtude do seu histórico pessoal e profissional irrepreensível e dos distintos trabalhos desenvolvidos na área de Teologia em prol da sociedade paranaense, brasileira e internacional.

O Senhor Luiz é pós-doutor em História Antiga pela UNICAMP e em Teologia pelo FULLER THEOLOGICAL SEMINARY – Califórnia, doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) e mestre em Teologia pela Faculdade do Instituto Superior Evangélico de Estudos Teológicos (ISEDET) em Buenos Aires. É professor/pesquisador na PUC-PR no programa do mestrado e doutorado em Teologia e atua como tradutor para a editora Paulus. Também, é autor de inúmeros livros publicados no Brasil e no exterior, são eles:

1. Viver com Maria (2ª edição)
2. Reencantar a vida (2ª edição)
3. Histórias para o coração (3ª edição)
4. A arte de viver e ser feliz (4ª edição)
5. Messianismo e Modernidade (2002)
6. A falsa religião e a amizade enganadora
7. Como ler o livro de Jeremias
8. Como ler o livro de Joel
9. Como ler o livro de Zacarias
10. Como ler o livro de Naum
11. Como ler o livro de Abdias
12. Como ler o livro das Lamentações
13. Como ler o livro de Ezequiel
14. Deus se manifesta em gestos de solidariedade
15. Nos passos de Maria (3ª edição)
16. Nos passos de Pedro
17. Nos passos de Abraão



18. Nos passos de Santo Antonio (2a edição)
19. Nos passos de Santa Rita de Cássia (2a edição)
20. Nos passos de Santa Teresinha do Menino Jesus
21. 100 orações para começar bem o dia
22. Abdias
23. Como despertar o melhor de si mesmo
24. Jesus vai ao McDonalds
25. Espiritualidade crista e transformação social
26. Cultura militar e de violência no mundo antigo
27. Crônicas Urbanas
28. Uma vida a serviço dos pobres
29. Para o meu amor, de coração
30. Para o meu professor de curacao
31. À nossa amizade, de coração
32. Para o meu pai, de coração
33. 100 orações para rezar em família
34. 100 atitudes para ser feliz
35. Dizer sim a Deus
36. Cultura, religião e sociedade
37. Jesus vai ao Mcdonalds (2a edição revista e ampliada)
38. Jesus goes to McDonalds (publicado em inglês)
39. Mesianismo y Modernidad (publicado em espanhol)
40. Cómo leer el libro de Jeremias (publicado em espanhol)
41. Cómo leer el libro de Joel (publicado em espanhol)
42. Cómo leer el libro de Nahun (publicado em espanhol)
43. Cómo leer el libro de Zacarias (publicado em espanhol)
44. Cómo leer el libro de Zacarias (publicado em espanhol)
45. Cómo leer el libro de Abdias (publicado em espanhol)
46. Cómo leer el libro de las Lamentaciones (publicado em espanhol)
47. El arte de vivir y ser feliz (publicado em espanhol)
48. En los pasos de Abrahan (publicado em espanhol)
49. En los pasos de Pedro (publicado em espanhol)
50. A arte de viver e ser feliz (publicado em coreano)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 149/2014

PROJETO DE LEI Nº 149/2014

RELATOR: DEPUTADO TADEU VENERI

AUTOR: DEPUTADO ENIO VERRI

Súmula: Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Alexandre Solano Rossi.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Enio Verri, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Alexandre Solano Rossi.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos apresentar projeto de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury




devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** do projeto de lei 149/2014 em virtude de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.


Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Tadeu Veneri
Relator do voto.

APROVADO

14/04/14


Dep. Luciano


Dep. Pastor

Mandato do Deputado Estadual Tadeu Veneri
Praça Nossa Sra. de Saete, s/n – 8º andar – gab 805

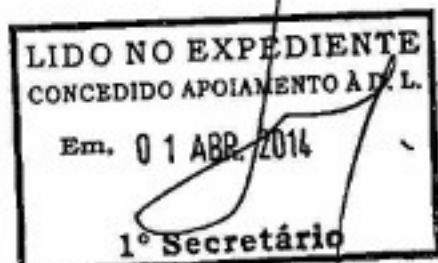
Tel: 3350 4094 - 3254 8121 - 3253 4241 – end. eletrônico: tadeuveneri@terra.com.br
www.tadeuveneri.com.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



PROJETO DE LEI Nº 159 /2014



SÚMULA: Institui no Estado do Paraná, a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro - Dia Nacional de Combate ao Câncer.

Art. 1º - Fica instituída, no Estado do Paraná, a Semana da Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro (Dia Nacional de Combate ao Câncer).

Art. 2º - Durante a referida semana, o Poder Legislativo promoverá eventos, palestras, campanhas e aulas, com a finalidade de mobilizar a população quanto aos aspectos educativos e sociais do controle do câncer.

Parágrafo único. Caso exista interesse por parte do Poder Executivo, os eventos, palestras, campanhas e aulas poderão ser organizados de forma integrada com o Poder Legislativo.

Art. 3º - A data instituída no artigo 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01 de abril de 2014.


ANIBELLI NETO
Deputado Estadual

15:11 01/04/2014 001495 DP RESPELTA LFEIQUID DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Anibelli Neto



JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada anualmente no Estado do Paraná.

A semana escolhida tem incluí o dia 27 de novembro, já considerado o Dia Nacional de Combate ao Câncer, que foi criado em 1988 pelo Ministério da Saúde.

Através de palestras e atividades de valorização das pessoas portadoras de algum tipo de câncer, chama-se a atenção da sociedade em geral, sobre a necessidade de garantir a qualidade de vida e inclusão social das mesmas, conscientizando da importância de consultar médicos com frequência, cuidar da saúde, dando conhecimento à sociedade sobre a doença, e, principalmente, sobre como preveni-la.

O câncer é a segunda doença que mais mata as pessoas no Brasil, em especial câncer de pele. A epidemia global de câncer é grande, é uma doença que não conhece fronteiras, afeta ou afetará a todos nós, direta ou indiretamente, durante a vida.

Desta forma, contando com o reconhecimento desta importante instituição é que solicitamos a apreciação positiva pelos Nobres pares da presente proposição.

Sala das Sessões, 26 de março de 2014.


ANIBELLI NETO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 159/2014

Projeto de Lei nº. 159/2014

Autor: Deputado Anibelli Neto

Súmula: Institui no Estado do Paraná, a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer (Neoplasia Maligna), a ser celebrada, anualmente, na semana que inclui o dia 27 de novembro – Dia Nacional de Combate ao Câncer.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A SEMANA DE VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE CÂNCER. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Anibelli Neto, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Semana de Valorização das Pessoas Portadoras de Câncer.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2014.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO

21/10/2014



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº

364/14



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 19 AGO. 2014

1º Secretário

Ementa: Fica denominada Frei Ovídio Zanini a intersecção na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomei com a Av. Camilo Di Lellis, no município de Pinhais.

Art. 1º - Fica denominada Frei Ovídio Zanini a intersecção na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomei com a Av. Camilo Di Lellis, no município de Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 2014.

NEY LEPREVOST

Deputado Estadual

19-060-2014 1457 004229 1/1

IMP. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Justificativa:

Frei Ovídio nasceu em Linha Bonita, RS, no dia 22 de novembro de 1934, formou-se em Filosofia pela Universidade Federal de Florianópolis, professor de Teologia, Sagrada Escritura, Filosofia e História Eclesiástica durante 25 anos. Duas vezes pároco foi Frei capuchinho e fundador da Fundação de Regeneração do Indigente (FREI), hoje Fundação de Assistência Social (FAZ). Ministrou cursos de Parapsicologia em 25 dioceses, com hipnose e regressão de memória em mais de dez mil pessoas. Dedicou-se a retiros, confissões e auxílio a pessoas com problemas. Atualmente trabalhava na Paróquia Nossa Senhora das Mercês, em Curitiba, onde investia seu tempo especialmente à pastoral do aconselhamento e libertação de problemas de ordem interior ou emocional.

Frei Zanini, "Não morreu, ressuscitou!"

O Frei Zanini foi como que aquela "voz que clama no deserto" da vida das pessoas, comunidades por onde andou, alertando homens, mulheres, jovens, adolescentes e crianças, sobre a escravidão a que se submetem a si mesmas, prisioneiras de seus medos, compulsões e imagens pré-concebidas de dores, perdas e sofrimento.

Ele era como que um herói (ou anjo), que lutava todo dia, toda hora, pela libertação das pessoas de suas prisões mentais, ensinando, orientando e sustentando a todos que dele se aproximavam, com sua serenidade e sua compreensão.

Viveu vida simples, como pregação, mas plena de atividades e inabalável luta pelo bem estar e qualidade de vida, tanto física, como espiritual, dos seus irmãos. Deixou-nos um legado de que, atitudes serenas, simples, suaves e amoro-



sas, são poderosíssimas, contra a impaciência e intolerância daqueles que querem se impor pela força.

Em nossa convivência e diálogos, pude constatar que ele estava muito à frente de seu tempo, em termos de conhecimento e vivência spiritu-

alizada. Sua elevação e firmeza espiritual pareciam fazê-lo flutuar, acima das vicissitudes, das coisas e fatos da vida cotidiana. Seu caráter limpo e reto tornava presente a imagem e exemplo de Jesus Cristo.

Sobretudo, ensinou àqueles que com ele conviveram, que nossa imaginação é uma poderosa aliada na construção de uma vida abençoada e feliz, como é o desejo de Jesus Cristo, que viveu e morreu por nós; do Espírito Santo, que nos consola e anima e do Divino Pai Eterno, que nos criou com seu amor infinito e incondicional.

Com toda certeza, vou sentir muita falta da presença amiga e acolhedora do Frei Zanini, meu grande amigo, confessor, orientador, confidente, apaziguador. Mas como disse Jesus, e o Frei acreditava plenamente nisto, a vida não é tirada, mas transformada. Portanto, acredito que ele estará sempre por perto de seus ami-

gos e daqueles que dele precisam, ajudando e intercedendo, ali do plano espiritual, por todos e por cada um de nós. Ele era assim aqui... e certamente continuará assim, junto de Deus.

José Carlos Silvério



... Assim se despede Frei Zanini ...

Ainda que morto, finado, extinto, falecido para o cáterio ou para este mundo, não serei enterrado, mas, apenas sã-lo-ão meus restos mortais, que são humanos, quer dizer, feitos de húmus e que seguirão as leis da transformação terrestre e participarão da ressurreição da criação. "Bendito seja Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo" que do céu nos escolheu antes da criação do mundo e nos predestinou para sermos seus filhos adotivos" (Ef 1,3,4-5).

Sei que minha identidade pessoal, minha razão de ser, meu corpo interior unido à alma não morrerá, mas, ressuscitará pelo poder da ressurreição de Cristo Jesus. Como diz o prefácio da missa pelos falecidos, "a vida não é tirada, mas, transformada e, desfeito nosso corpo mortal, nos é dado nos céus um corpo imperível".

Gostei de viver por causa da ressurreição que supera infinitamente todos os sonhos desta terra. A esperança do futuro é o segredo do presente. Neste túmulo estão apenas meus restos mortais que amei,



Frei Ovídio Zanini - Capuchinho
*22.11.1934 +30.09.2012

tratei com respeito e a quem sou grato. Pelo corpo físico somos parcosínicos ou parentes do universo. Este corpo é humano, feito de húmus, e à terra voltou. Porém, o corpo interior ressuscitou. "Morremos com corpo carnal e ressuscitamos com corpo espiritual" (1Cor 15,44). É por isso que rezamos: "A vida não é tirada, mas transformada." Chamamos o corpo interior de cabeça, cérebro, coração, mente, imaginação e é es-

sencialmente unido à alma, sem esta união não existe homem.

Seremos como Cristo Jesus, ressuscitado que entrou no cenáculo com as portas fechadas. Na Eucaristia, recebemos o corpo interior de Jesus, que é invisível aos olhos exteriores, que não tem peso nem tamanho, assim será nosso corpo ressuscitado.

Na Casa do Pai, seremos como os anjos, mesmo continuando perfeitamente homens celestes ou ressuscitados. Jamais iremos adoecer, nem envelhecer, nem precisar de elementos físicos. É muito bom imaginar a ressurreição ou paraíso do melhor jeito, mesmo humano, porque não temos outro jeito. É o que a Sagrada Escritura ensina, ninguém ama o que não conhece. O amor emocional é fruto de imagens mentais positivas. Sempre gostei de imaginar o paraíso como banquete, rios limpidos, com árvores frutíferas sempre com frutos maduros, fraternidade total, eterna juventude, saúde perfeita, perece novidade, convívio com as Pessoas Divinas. Lá, não existe criança, nem velho, nem doente, todos seremos

igualmente santos, jovens e sadios como Jesus. Por isso, peço quem não se manifeste tristeza na minha morte para o cáterio ou no adeus da vida presente à caminhada da vida terrestre. Ficarei feliz se os cantos das missas em meu sufrágio forem alegres e se o almoço for banquete.

Na casa do Pai, estarei sempre atento a quem se comunicar comigo, pedindo minha intercessão com Cristo. Ninguém se comunica com os mortos no cemitério. Jesus, Nossa Senhora, os santos e tantos parentes e amigos também morreram, quer dizer, são mortos para o cáterio, não pertencem mais a este mundo transitório, porém, quando nos comunicamos com eles e elas, isso nem nos passa pela cabeça e os consideramos vivos mais do que nunca. Assim espero que vocês me considerem como ressuscitado.

Agradeço de coração a quem lembrar de mim na oração e saudade. Perdoe-me se não o amei completamente e nem sempre fui exemplo de vida cristã. Na Casa do Pai saberei amá-lo e interceder todo bem para você.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 364/2014

Projeto de Lei nº 364/2014

Autores: Deputado Ney Leprevost

Súmula: Fica denominada FREI OVIDIO ZANINI a intersecção na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel com a Avenida Camilo Di Lellis, no Município de Pinhais.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA.
DENOMINAÇÃO DE RODOVIA.
NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA
EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-
EXISTENTE. PARECER DO DER
INFORMANDO QUE O TRECHO DA
RODOVIA NÃO POSSUI
DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE.
CONSTITUCIONALIDADE.
APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo denominar FREI OVIDIO ZANINI a intersecção na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel com a Avenida Camilo Di Lellis, no Município de Pinhais.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Anibal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

O artigo 65 da Constituição do Estado determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, cumpre-nos destacar o artigo 238 da Constituição Estadual, que estabelece a vedação a alterações de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Destaca-se, ainda, a Lei Estadual n.º 8761/88, que por sua vez também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

No entanto, diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística e do Departamento de Estradas e Rodagem – DER, o presente Projeto de Lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta Casa.

Por fim, o projeto de lei em análise está de acordo com a Lei Complementar n.º 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões em 25 de novembro de 2014.

~~Dy. Sengupta~~


NELSON JUSTUS
Presidente

Dep. Pinales

[Signature]
Dr. Sadan

TERCÍLIO TURINI
Relator

Des Pastors
Des Gemeindeführers

Dr. Herman J.

[Handwritten signature]
Dr. Ferguson

APROVADO

25.11.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 375/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 19 ABO. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 13.682, de 9 de julho de 2002, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 13.682, de 9 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação Recanto Parque Iguaçu, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Recanto Parque Iguaçu, com sede e foro no Município de Medianeira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2014.

Deputado CAÍTO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCÍLIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.682, de 9 de julho de 2002, concedeu o Título de Utilidade Pública ao Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras Recanto Parque Iguaçu, com sede e foro no Município de Medianeira.

Entretanto, devido às alterações no Estatuto Social, a referida Lei deverá ser adequada para que conste Associação Recanto Parque Iguaçu, com sede e foro no Município de Medianeira.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

**SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO** Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

Página para impressão

Lei 13682 - 09 de Julho de 2002

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 6268 de 10 de Julho de 2002

Súmula: Declara de utilidade pública o Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras "Recanto Parque Iguaçu", com sede e foro no município de Medianeira.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras "Recanto Parque Iguaçu", com sede e foro no município de Medianeira. **Art. 2º.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de julho de 2002.

Jaime Lerner
Governador do Estado*Luiz Carlos Sobania*
Secretário de Estado da Saúde*José Cid Campêlo Filho*
Secretário de Estado do Governo-----
Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

O

© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CASA CIVIL

topo





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 375/2014

Projeto de Lei nº. 375/2014

Autores: Deputado Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.

Súmula: Alteração da Lei nº 13.682, de 9 de julho de 2002, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 13.682/2002 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "CENTRO DE RECUPERAÇÃO DE DROGADOS E ALCOÓLATRAS – RECANTO PARQUE IGUAÇU" PARA "ASSOCIAÇÃO RECANTO PARQUE IGUAÇU". REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 13.682/2002. Súmula: Declara de Utilidade pública o Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras "Recanto Parque Iguaçu", com sede e foro no município de Medianeira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação do "Centro de Recuperação de Drogados e Alcoólatras-Recanto Parque Iguaçu" para "Associação Recanto Parque Iguaçu".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



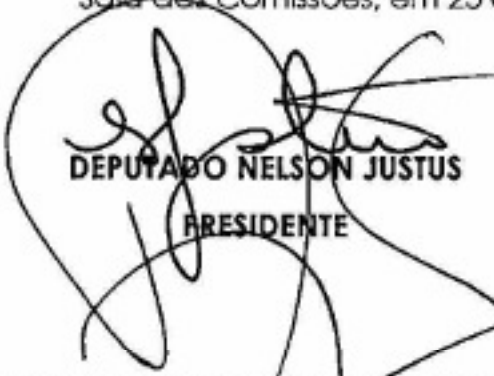
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

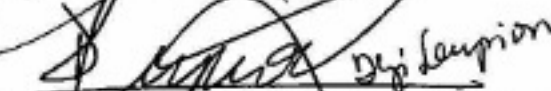

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Toledo


Dep. Tucini


Dep. Donavalli



Dep. Gato


Dep. Leupion


Dep. Bator

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14 



PROJETO DE LEI Nº 446/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 28 OUT. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 14.012, de 27 de janeiro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 14.012, de 27 de janeiro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande do Sul, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande do Sul, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 14.347, de 16 de fevereiro de 2004, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado TERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 14.012, de 27 de janeiro de 2003, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Campina Grande do Sul, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Posteriormente, a Lei nº 14.347, de 16 de fevereiro de 2004, veio por conceder novamente o referido título alterando o nome da entidade para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga deverá ser mantida e adequada nos moldes do Estatuto Social alterando o nome da entidade para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande do Sul, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior – de 2004, visando evitar duplicidade.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 446/2014

Projeto de Lei nº. 446/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e André Bueno.

Súmula: Alteração da Lei nº 14.012, de 27 de janeiro de 2003, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 14.012/2003 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE DE CAMPINA GRANDE DO SUL” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPINA GRANDE DO SUL”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 14.012/2003. Súmula: Declara de Utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Campina Grande do Sul, com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Campina Grande do Sul" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campina Grande do Sul".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



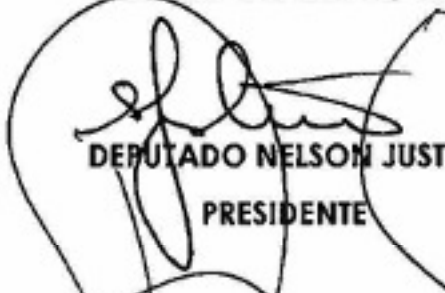
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça






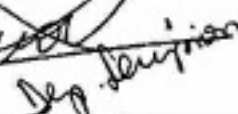



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR








Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14



PROJETO DE LEI Nº 447/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 28 OUT. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 10.758 de 9 de maio de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.758, de 9 de maio de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho, com sede e foro no Município de Chopinzinho.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho, com sede e foro no Município de Chopinzinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 10.842, de 5 de julho de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Sala das Sessões, 27 de outubro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA
Presidente

Deputado PEDRO LUPION
Relator

Deputada CANTORA MARA LIMA
Membro

Deputado TADEU VENERI
Membro

Deputado VERCILIO TURINI
Membro

Deputado ANDRE BUENO
Membro

Deputado ANIBELLI NETO
Membro



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.758, de 9 de maio de 1994, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Chopinzinho.

Posteriormente, a Lei nº 10.842, de 5 de julho de 1994, veio por conceder novamente o referido título alterando o nome da entidade para Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho, mantenedora da Escola Especializada Passo a Passo.

Portanto, considerando a documentação acostada e para se respeitar a técnica legislativa, Lei mais antiga (Lei nº 10.758, de 1994) deverá ser mantida e adequada nos moldes do Estatuto Social passando a constar como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho, com sede e foro no Município de Chopinzinho, e diante do fato apontado deverá ser revogada a Lei posterior - Lei nº 10.842, de 1994, visando evitar duplicidade.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 447/2014

Projeto de Lei nº. 447/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turíni e André Bueno.

Súmula: Alteração da Lei nº 10.758, de 9 de maio de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.758/1994 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CHOPINZINHO”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri, Tercílio Turíni e André Bueno, tem por objetivo alterar a denominação da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 10.758/1994. Súmula: Declara de Utilidade pública a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro no Município de Chopinzinho – Pr.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



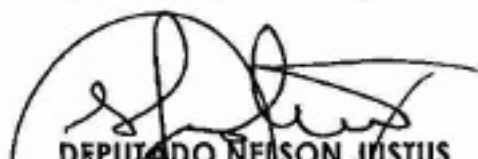
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

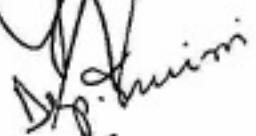
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

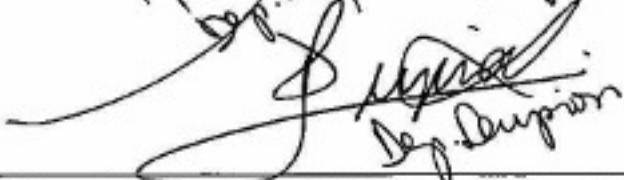

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Costa


Dep. Luini


Dep. Scanavacca


Dep. Pastor


Dep. Durigon

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14



PROJETO DE LEI 465/14

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Súmula: Autoriza o Poder Executivo, a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, localizado nesta Capital, à Academia Paranaense de Letras.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, à Academia Paranaense de Letras, do imóvel denominado "Belvedere", localizado na Praça João Cândido, no Bairro São Francisco, nesta Capital, com área correspondente a 250,00 m², com edificação de 294,44 m², sob Transcrição das Transmissões nº 4.338, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, ao desenvolvimento das atividades da Academia Paranaense de Letras, com vistas à implantação do laboratório da cultura paranaense (Observatório da Cultura Paranaense), retornando ao patrimônio do Estado em caso se comprove uso distinto.

Art. 3º A presente cessão de uso terá vigência de vinte anos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

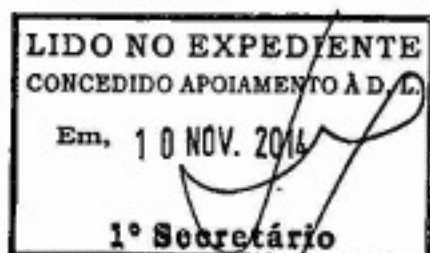
Nº 115/2014

Curitiba, 04 de novembro de 2014.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



I - À DAP para leitura no expediente.
II - À DL para providências.

Em, 10/11/2014

Presidente

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, à Academia Paranaense de Letras, do imóvel denominado "Belvedere", localizado na Praça João Cândido, no Bairro São Francisco, nesta Capital, com área correspondente a 250,00 m², com edificação de 294,44 m², sob Transcrição das Transmissões nº 4.338, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que o referido imóvel será destinado, exclusivamente, ao desenvolvimento das atividades da Academia Paranaense de Letras, com vistas à implantação do laboratório da cultura paranaense (Observatório da Cultura Paranaense), retornando ao patrimônio do Estado em caso se comprove uso distinto.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei consta dispositivo expresso no sentido de que a cessão de uso terá vigência de vinte anos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.347.464-1.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

PARECER

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o Projeto de Lei nº 465/2014, mensagem governamental nº 115/2014 na sua origem, de autoria do PODER EXECUTIVO que *autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, localizado nesta Capital, à Academia Paranaense de Letras.*

i. Relatório

Submete-se a esta Comissão o Projeto de Lei Ordinária (PLO) nº 465/2014, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 115/2014, visa efetuar a cessão de uso à Academia Paranaense de Letras, do imóvel sob Transcrição das Transmissões nº 4.338, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, constituído pela área de 250,00 m², contendo edificação de 294,44 m², de propriedade do Estado do Paraná.

Em relação a tramitação, uma vez apresentado o PLO e recebido apoio em plenário, veio a esta Comissão nos termos regimentais, e de igual forma nomeado o Parlamentar que ora subscreve como Relator da matéria.

Consigne-se que até a corrente data não constam do PLO qualquer emenda.

É O RELATÓRIO.

ii. Fundamentação

Nos termos do artigo 33-A¹ do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (RIALEP) compete a esta Comissão de Constituição e Justiça emitir parecer acerca da constitucionalidade (formal e material), legalidade,

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, das proposições em trâmite perante esta e Casa Legislativa.²

Em um primeiro momento, o autor é legítimo à apresentar proposições, inclusive projetos de Leis Ordinárias, considerando o teor do artigo 65³ da Constituição Estadual e do artigo 124⁴ do RIALEP.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

² Sobre o Controle de constitucionalidade prévio realizado por esta Comissão de Constituição e Justiça V. LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, o qual menciona em síntese que a Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Concluindo que 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'.

³ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁴ Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARANÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente cláusula possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º, da referida Lei.

Por fim, ao que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar Federal nº 95/98 e a Lei Complementar Estadual nº 176/2014.

ii. CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

SALA DAS COMISSÕES, 05 de Novembro de 2014.

DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

APROVADO

25.11.14

Página 13



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 465/2014

Projeto de Lei nº 465/2014

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 115/2014

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica, localizado nesta Capital, à Academia Paranaense de Letras.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 465/2014 de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem 115/2014, autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso à Academia Paranaense de Letras, do imóvel que especifica, denominado “Belvedere” localizado na Praça João Cândido, no Bairro São Francisco, nesta Capital, com área correspondente a 250,00 m², com edificação de 294,44 m², sob Transcrição das Transmissões nº 4.338, do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 465/2014, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar a Academia Paranaense de Letras, com a cessão de uso de um imóvel a ser utilizado especificamente para desenvolvimento de ações de incentivo cultural. Tal proposição em análise traz um mérito indiscutível ao permitir a ampliação dos trabalhos realizados pela Academia Paranaense de Letras, com vistas à implantação do laboratório da cultura paranaense (Observatório da Cultura Paranaense), em benefício único e exclusivo de todos, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Página 1 de 3



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Böhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 465/2014 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 115/2014 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado; (...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que este imóvel poderá retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando gravado em cláusula de inalienabilidade, que obriga a sua destinação de uso exclusivo para a Academia Paranaense de Letras, obedecendo um prazo estabelecido dentro do período de vinte anos, de forma específica e devidamente justificada, implicando na revogação automática da cessão de uso deste imóvel, em caso do descumprimento da presente determinação.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Bühner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 465/2014**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população com a ampliação de ações de cunho especificamente cultural. Esta proposição faz referência a um imóvel apontado exclusivamente para uma destinação de consenso e benefício comum, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para que possa ser aprovada por esta Comissão.

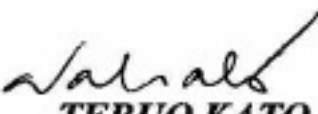
IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se referem aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição trará benefícios indiscutíveis à população através da Academia Paranaense de Letras, merecendo total apoio desta Comissão.

Desta forma opto pelo **Parecer Favorável** ao referido Projeto de Lei 465/2014, em sua forma apresentada.



Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 27 de novembro de 2014.


FRANCISCO BÜHRER
Presidente da Comissão


TERUO KATO
Relator


Tercílio Turini


Elton Welter


Jonas Guimarães

Edson Praczyk



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 475 /2014

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 17 NOV. 2014

Maurício
1º Secretário

Alteração da Lei nº 6.056, de 16 de dezembro de 1969 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 6.056, de 16 de dezembro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga as seguintes Leis, de concessão de Título de Utilidade Pública:

I - Lei nº 6.499, de 7 de dezembro de 1973; e

II - Lei nº 8.241, de 10 de janeiro de 1986.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA

Deputado PEDRO LUPION

Deputada CANTORA MARA LIMA

Deputado TADEU VENERI

Deputado TERCILIO TURINI

Deputado ANDRE BUENO

Deputado ANIBELLI NETO

17-NOV-2014 15:01 0055338 1/1

MAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6.056, de 16 de dezembro de 1969, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina.

Posteriormente, foram sancionadas a Lei nº 6.499, de 7 de dezembro de 1973, e a Lei nº 8.241, de 10 de janeiro de 1986, ambas concedendo o Título de Utilidade Pública à APAE de Londrina.

Portanto, para se respeitar a técnica legislativa, a Lei mais antiga, de 1969, deverá ser mantida e adequada ao Estatuto Social constando como *Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina*, e diante do fato apontado deverão ser revogadas as seguintes leis, visando evitar duplicidade: Lei nº 6.499, de 1973 e Lei nº 8.241, de 1986.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Publicado no Diário Oficial nº. 240 de 17 de Dezembro de 1969

Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA - APAE.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada como de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA - APAE.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 16 de dezembro de 1969.

Paulo Pimentel

Wilson Figueiredo Portes

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 475/2014

Projeto de Lei nº. 475/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri e Tercílio Turini

Súmula: Alteração da Lei nº 6.056, de 16 de dezembro de 1969, (que concedeu título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.056/1969 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA-APAE” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DELONDRINA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE LONDRINA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:

Lei 6.056/1969. Súmula: Declara de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LONDRINA- APAE.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina- APAE" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.

Dep. Tadeu
DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR
Dep. Perillo
Dep. Calio
Dep. Luciani
Dep. Ranzani
Dep. Pastor
Dep. Bagnion
APROVADO
25.11.14



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 496/2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO AD. 4

Em, 17 NOV. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu, com sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu, com sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga as seguintes Leis:

I - Lei nº 13.536, de 6 de maio de 2002, que concedeu Título de Utilidade Pública; e

II - Lei nº 17.981, de 20 de março de 2014, que alterou a Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA

Deputado PEDRO LUPION

Deputada CANTORA MARA LIMA

Deputado TADEU VENERI

Deputado TERCILIO TURINI

Deputado ANDRE BUENO

Deputado ANIBELLI NETO



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Nova Prata do Iguaçu, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Posteriormente, a Lei nº 13.536, de 6 de maio de 2002, manteve a concessão do referido título alterando o nome e o foro da entidade, assim ficando: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do município de Nova Prata do Iguaçu, com sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra.

Ainda, a Lei nº 17.981, de 20 de março de 2014, procedeu alteração apenas no art. 1º da Lei nº 10.837, de 1994, modificando novamente o nome da entidade, mantendo inalterada a ementa.

Portanto, considerando o constante no Estatuto Social da referida Associação, entende-se pertinente que a Lei nº 10.837, de 1994, seja adequada para que o Título de Utilidade Pública permaneça concedido à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu, com sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra.

Diante do fato apontado, visando respeitar a técnica legislativa e evitar duplicidade, deverão ser revogadas as Leis nº 13.536, de 2002, e nº 17.981, de 2014.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.

CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato

 Página para impressão

Lei 10837 - 05 de Julho de 1994


Alterado Compilado Original 

Publicado no Diário Oficial nº. 4298 de 5 de Julho de 1994

Súmula: Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Nova Prata do Iguaçu, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

~~Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - de Nova Prata do Iguaçu, com sede e foro na cidade do mesmo nome.~~

 **Art. 1º.** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu, com sede no Município de Nova Prata do Iguaçu e foro no Município de Salto do Lontra.
(Redação dada pela Lei 17981 de 20/03/2014)

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de julho de 1994.

Mário Pereira
Governador do Estado

Newton Sérgio Ribeiro Grein
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



© Casa Civil do Governo do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



CASA CIVIL





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 476/2014

Projeto de Lei nº. 477/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri e Tercílio Turini

Súmula: Alteração da Lei nº 10.837, de 5 de julho de 1994 (que concedeu título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.837/1994 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE – DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, COM SEDE E FORO NA CIDADE NO MESMO NOME” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA PRATA DO IGUAÇU, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU E FORO NO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 10.837/1994. Súmula: Declara de Utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Nova Prata do Iguaçu, com sede e foro na cidade no mesmo nome.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Nova Prata do Iguaçu, com sede e foro na cidade no mesmo nome" para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Prata do Iguaçu, com sede no município de Nova Prata do Iguaçu e foro no município de Salto do Lontra".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
a) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Paulo


Dep. Leicimion



Dep. Taurini

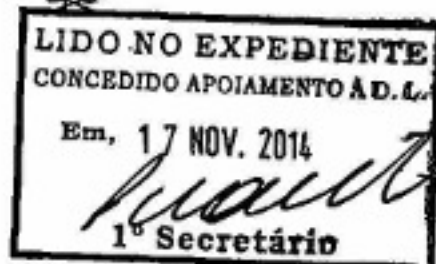

Dep. Romanelli


Dep. Pastor

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14 



PROJETO DE LEI Nº 477/2014

Alteração da Lei nº 10.400, de 2 de agosto de 1993, que concedeu Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 10.400, de 2 de agosto de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Inácio Martins e foro no Município de Irati.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Inácio Martins e foro no Município de Irati.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA

Deputado PEDRO LUPION

Deputada CANTORA MARA LIMA

Deputado TADEU VENERI

Deputado TERCILIO TURINI

Deputado ANDRE BUENO

Deputado ANIBELLI NETO



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 10.400, de 2 de agosto de 1993, concedeu o Título de Utilidade Pública à A.P.M.I – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Inácio Martins. Entretanto, percebe-se que o Estatuto Social da entidade desde o início sempre apontou como o nome correto Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Santa Rita de Cássia, com sede e foro no Município de Inácio Martins.

Portanto, a Lei nº 10.400, de 1993, deverá ser alterada de acordo com o que prevê o Estatuto Social da associação, incluindo modificação de nome e foro, devendo constar como *Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Santa Rita de Cássia, com sede no Município de Inácio Martins e foro no Município de Irati*.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



SECRETARIA DE

ESTADO DE GOVERNO**Sistema Estadual de Legislação**

Pesquisa Rápida

voltar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 10400 - 2 de Agosto de 1993

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 4067 de 2 de Agosto de 1993

Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Inácio Martins, Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no Município de Inácio Martins, Estado do Paraná.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 02 de agosto de 1993.

Roberto Requião
Governador do Estado

José Durval Matos do Amaral
Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social

COMARCA PRATI

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 477/2014

Projeto de Lei nº. 477/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri e Tercílio Turini

Súmula: Alteração da Lei nº 10.400, de 2 de agosto de 1993, que concedeu título de Utilidade Pública.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.400/1993 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “A.P.M.I – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS, ESTADO DO PARANÁ” PARA “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA SANTA RITA DE CÁSSIA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS E FORO NO MUNICÍPIO DE IRATI”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 10.400/1993. Súmula: Declara de Utilidade pública a A.P.M.I – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Inácio Martins, Estado do Paraná.

O projeto pretende modificar a denominação da "A.P.M.I – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Inácio Martins, Estado do Paraná" para "Associação de Proteção a Maternidade e à Infância Santa Rita de Cássia, com sede no município de Inácio Martins e foro no município de Irati".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



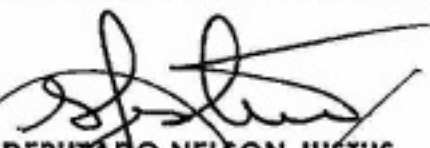
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



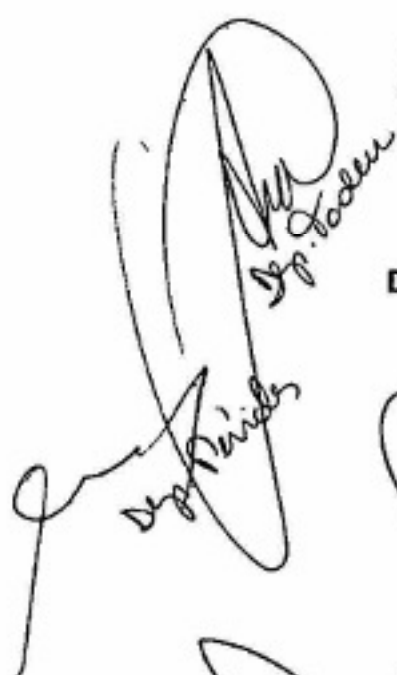






CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.



DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14 



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria de Assistência ao Plenário



PROJETO DE LEI Nº 478 /2014

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 17 NOV. 2014

1º Secretário

Alteração da Lei nº 8.291, de 7 de maio de 1986 (que concedeu Título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

Art. 1º A Lei nº 8.291, de 7 de maio de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Associação dos Deficientes Visuais do Paraná - ADEVIPAR, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação dos Deficientes Visuais do Paraná - ADEVIPAR, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 5.440, de 24 de dezembro de 1966, que concedeu o Título de Utilidade Pública à Sociedade Beneficente dos Carteiros do Paraná e à Sociedade Hípica Paranaense.

Sala das Sessões, 17 de novembro de 2014.

Deputado CAITO QUINTANA

Deputado PEDRO LUPION

Deputada CANTORA MARA LIMA

Deputado TADEU VENERI

Deputado TERCILIO TURINI

Deputado ANDRE BUENO

Deputado ANIBELLI NETO



JUSTIFICATIVA

A Lei nº 8.291, de 7 de maio de 1986, concedeu o Título de Utilidade Pública à Associação dos Deficientes Visuais do Paraná – ADEVIPAR, com sede e foro na Comarca de Curitiba, e ainda deu nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 5.440, de 24 de dezembro de 1966.

Entretanto, as entidades que tiveram o Título de Utilidade Pública concedido pela Lei nº 5.440, de 1966 (Sociedade Beneficente dos Carteiros do Paraná e Sociedade Hípica Paranaense) não cumpriram os requisitos exigidos na Lei nº 17.826, de 13 de dezembro de 2013, para a manutenção do referido título, deixando de realizar recadastramento. Tal motivo respalda a necessidade de revogação da Lei nº 5.440, de 1966.

Quanto à ADEVIPAR, a concessão do Título de Utilidade Pública deverá ser mantida através da Lei nº 8.291, de 1986. Ainda, para ser respeitada a técnica legislativa, essa Lei de 1986 precisará ser adequada concedendo o referido Título à *Associação dos Deficientes Visuais do Paraná – ADEVIPAR, com sede e foro no Município de Curitiba*.

Assim, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



SECRETARIA DE
ESTADO DE GOVERNO

Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

votar

Exibir Ato



Página para impressão

Lei 8291 - 07 de Maio de 1986

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 2271 de 8 de Maio de 1986

Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ - ADEVIPAR, com sede e foro na Comarca de Curitiba, e dá nova redação aos arts. 1º e 2º, da Lei nº. 5440, de dezembro de 1966.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ - ADEVIPAR, com sede e foro na Comarca de Curitiba.

Art. 2º. Os artigos 1º. e 2º. da Lei nº. 5440, de dezembro de 1966, passam a vigorar com a seguinte redação, mantida a data de sua vigência:

"**Art. 1º** - Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE BENEFICENTE DOS CARTEIROS DO PARANÁ, com sede e foro nesta capital.

Art. 2º - Fica declarada de utilidade pública a SOCIEDADE HÍPICA PARANAENSE, com sede e foro nesta Capital."

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 07 de maio de 1986.

José Richa
Governador do Estado

Luiz Cordon Junior
Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

© 2013 - Secretaria de Estado de Governo (SEEG)
Palácio Iguaçu - Praça Nossa Senhora de Salette, s/n
80530-909 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



SECRETARIA DE
ESTADO DE
GOVERNO





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 478/2014

Projeto de Lei nº. 478/2014

Autores: Deputado Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri e Tercílio Turini

Súmula: Alteração da Lei nº 8.291, de 7 de maio de 1986, (que concedeu título de Utilidade Pública) e adoção de outras providências.

EMENTA: MODIFICAÇÃO DE NOME, SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 8.291/1986 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ- ADEVIPAR, COM SEDE E FORO NA COMARCA DE CURITIBA, E DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 1º E 2º, DA LEI Nº 5.440, DE DEZEMBRO DE 1966” PARA “ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ- ADEVIPAR, COM SEDE E FORO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA”. REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tadeu Veneri e Tercílio Turini, tem por objetivo alterar a denominação, sede e foro da entidade declarada de utilidade pública conforme Lei:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Lei 8.291/1986. Súmula: Declara de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO PARANÁ- ADEVIPAR, com sede e foro na comarca de Curitiba, e dá nova redação aos arts. 1º e 2º, da lei nº 5.440, de dezembro de 1966.

O projeto pretende modificar a denominação da "Associação dos Deficientes Visuais do Paraná - ADEVIPAR, com sede e foro na comarca de Curitiba, e dá nova redação aos arts. 1º e 2º, da lei nº 5.440, de dezembro de 1966" para "Associação dos Deficientes Visuais do Paraná - ADEVIPAR, com sede e foro no município de Curitiba".

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições
que disponham sobre:
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Fodreu



Dep. Pericles


Dep. Caio


Dep. Durini


Dep. Bonacelli


Dep. Pastor


Dep. Durini

Praca Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14



PROJETO DE LEI Nº 480, 14

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 18 NOV. 2014
Plauto
1º Secretário

Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Juiz Federal Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Fernando Moro.

Art. 1º - Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Estado do Paraná ao Juiz Federal Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Fernando Moro.

Art. 2º - Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões 17 de novembro de 2014.

Plauto Miró Guimarães Filho
Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual - DEM



JUSTIFICATIVA

Norberto Bobbio fala em sua obra que muito mais importante do que a busca do poder é a busca do Poder Moral. Se o primeiro alcançamos nas eleições gerais, o Poder Moral se adquire com as ações cotidianas.

Neste quesito o Paraná tem muito a reconhecer na obra de um de seus filhos, nascido em Maringá, há 43 anos, e que faz história nesta República.

Sérgio Fernando Moro está na história deste Estado por tudo o que já fez até aqui e por esta razão merece todo o reconhecimento deste Parlamento e a acolhida de todos os paranaenses.

Formado em Direito, virou professor da nossa Universidade Federal do Paraná. Concursado como Juiz Federal, em seus 18 anos de profissão, tem feito história ao esclarecer inúmeros crimes que envergonham nosso país. Numa rápida busca sobre suas qualidades uma se destaca: incorruptível

Neste dia 15 de novembro, data da Proclamação da República, a própria presidente Dilma Rousseff declarou que o Brasil jamais será o mesmo depois desta operação Lava a Jato, presidida pelo Paranaense Juiz Moro.

O que se propõe neste instante não é apenas o reconhecimento do trabalho do magistrado por esta ação. O Paraná ao reconhecer suas virtudes como um Cidadão Benemérito está evidenciando que apoia a nobreza do seu caráter, reverenciando todos os seus feitos e dizendo aos mais jovens que ainda temos modelos de verdadeiros homens públicos a nos servirem de modelo.

Por tudo o que já fez, Moro pode ser visto como uma pessoa chamada coragem. E o que estamos vendo nos últimos tempos comprova isto.



A Operação Lava Jato, o maior escândalo de corrupção dos últimos tempos, deflagrada pela Polícia Federal, desarticulou um esquema, operado dentro da Petrobras, de fraude às licitações, evasão de divisas, pagamento de propina a agentes públicos, sonegação fiscal, tráfico internacional de drogas, extração e contrabando de pedras preciosas, desvio de dinheiro público e lavagem de dinheiro, movimentando aproximadamente 10 bilhões de reais.

O doleiro Alberto Youssef, principal responsável pela lavagem de dinheiro, é apontado como o chefe do esquema e Paulo Roberto Costa como envolvido na compra superfaturada da refinaria de Pasadena, no Texas (EUA), tendo admitido a Polícia Federal que recebeu R\$ 1,5 milhão de propina para facilitar esta transação. As investigações também apontaram ligações entre o doleiro Alberto Youssef e o deputado federal André Vargas (sem partido - PR) por terem fechado um contrato milionário entre o Ministério da Saúde e uma empresa de fachada. Segundo as investigações, o dinheiro desviado era destinado ao Partido dos Trabalhadores (PT) e financiou a sua campanha eleitoral de 2010.

Sérgio Fernando Moro, é o magistrado encarregado deste processo de investigação. Juiz Federal da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba e professor do curso de direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), se tornou uma referência no combate aos crimes econômicos.

Dentre os itens que compõe a sua bagagem jurídica destacam-se:

1 - Curso no Programa de Instrução para Advogados na Universidade de Direito de Harvard, nos Estados Unidos, instituição de ensino referência mundial na área de direito;

2 - Participação ativa em programa de estudos internacional, sobre lavagem de dinheiro, promovido pelo Departamento de Estado norte americano;

3 - Colaboração ativa no Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Lavagem de Dinheiro, do Ministério da Justiça do Brasil;



4 - Autor da obra Crime de Lavagem de Dinheiro, que aborda de modo amplamente delineado as características desta prática criminosa, foi muito citada pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal na sentença do processo do mensalão.

5 - Entre 2003 e 2007, atuou no caso Banestado, responsável pelo desvio de 28 milhões dos cofres públicos, sendo a sua brilhante atuação notada pela Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, o que o levou a ser auxiliar desta ministra em 2012.

Contrário à prerrogativa de foro, nomeando-a de "justiça de casta", Moro, além de evidenciar um notório conhecimento jurídico, demonstra ser titular de uma personalidade forte e inconteste. Sem sombra de dúvidas julgará os envolvidos da Operação Lava Jato de forma impar, punindo de maneira exemplar os responsáveis pelo desvio de vultosas somas dos cofres públicos, projetando o Estado do Paraná como um estado que combate ativamente o maior mal que assola nosso país, a corrupção.

Essa breve, porém grandiosa descrição de seu currículo, aliada a sua brilhante atuação no combate a corrupção, certamente, o chancela para receber o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná. Confio que os demais Pares saberão aprovar esta proposta na sabedoria e brevidade necessária, para que os deputados do Paraná, de forma unânime, possam dizer ao Brasil que repudiamos a corrupção e sabemos reconhecer quem a combate.

Sala das Sessões 17 de novembro de 2014.

Plauto Miró Guimarães Filho
Deputado Estadual - DEM



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 480/2014

Projeto de Lei nº. 480/2014
Autor: Deputado Plauto Miró

Súmula: Concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Juiz Federal Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Fernando Moro.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO BENEMÉRITO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Plauto Miró, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Juiz Federal Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Fernando Moro.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.
(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão benemérito, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da Liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão benemérito.

No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, considerando que é de notório saber que a pessoa a quem se pretende conceder o título de cidadão benemérito, do referido Projeto de Lei possui reputação ilibada e notório saber jurídico.

O Excelentíssimo Senhor Doutor Sérgio Fernando Moro exerce a magistratura, o que conduz a presunção de que o mesmo não possui antecedentes criminais, a par do que dispõe o art. 26, I da Lei Complementar nº 35/1979, tão pouco se encontra afastado de suas funções em razão de ação criminal em andamento, conforme o art. 29 da Lei Complementar nº 35/1979 em leitura conjunta com o art. 5º, LVII da Constituição Federal (Princípio da Presunção de Inocência).

Considerando que não dependem de prova os fatos notórios conforme demonstra o art. 334 do Código de Processo Civil (CPC).



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




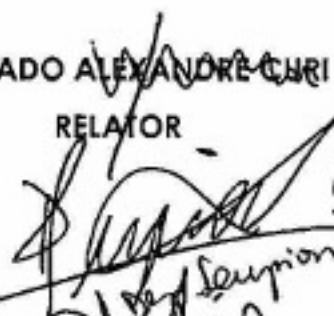
A ausência de juntada de Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, da pessoa a quem se pretende conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, Juiz Federal Sérgio Fernando Moro, em especial, não se aplica ao caso.


CONCLUSÃO

Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CHRI
RELATOR

APROVADO
25.11.14 


Dep. Lacerda



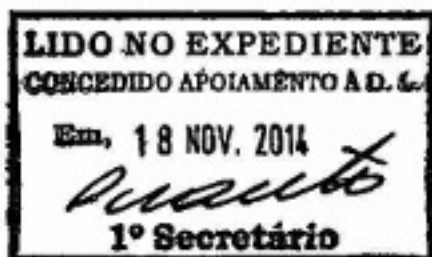
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



PROJETO DE LEI Nº 481 /2014




Súmula: Declara de Utilidade Pública a entidade **FADDHA - FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DE DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA** com sede e foro na Comarca de Curitiba/PR.

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a entidade denominada **FADDHA - FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DE DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA**, com sede e foro na cidade e Comarca de Curitiba/PR, sito na rua Desembargador Westphalen nº 1.862, Bairro Rebouças, inscrita no CNPJ sob o nº 11.595.125/0001-28.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de outubro de 2014.


PÉRICLES DE MELLO
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

A FADDHA - Fundação Assistencial de Defesa da Dignidade Humana com "Declaração de Utilidade Pública Municipal - Lei Ordinária nº. 13.786 de 05 de julho de 2011 e Certificado de Utilidade Pública Federal - Portaria nº 2.660 de 26/10/2012, constituída em 21 de julho de 2009, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro no Município de Curitiba Estado do Paraná.

Instituída por tempo indeterminado, a entidade se rege por seu estatuto social e seu regimento interno, em conformidade a legislação aplicável.

A FADDHA tem por finalidade contribuir para o fortalecimento da cidadania. Dedicando-se a execução de projetos destinados as crianças, aos adolescentes e aos jovens em geral, promovendo ações gratuitas voltadas ao desenvolvimento pedagógico, cultural, esportivo, lazer, sócio econômico, educação ambiental e no combate as desigualdades através de sistemas alternativos de geração de renda e emprego.

A FADDHA tem por objetivos:

- Democratização ao acesso das práticas esportivas, educacionais e culturais;
- Desenvolver melhorias na qualidade de vida medidas sócio-educativas e preventivas;
- Incentivar a prática esportiva;
- Vida saudável;
- Disciplina alimentar;
- Educação Ambiental;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 481/2014

Projeto de Lei nº. 481/2014
Autor: Deputado Péricles de Mello

Súmula: Declara de Utilidade Pública a entidade **FACCHA- FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DE DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA**, com sede e foro na Comarca de Curitiba/PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a entidade **FADDHA- FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DE DEFESA DA DIGNIDADE HUMANA**, com sede e foro na Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



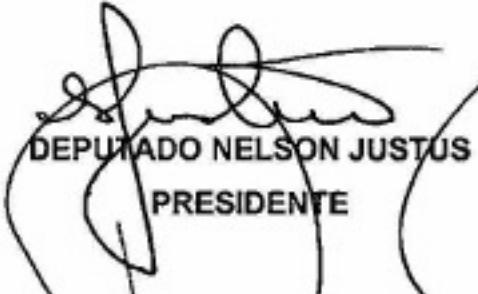
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR


Dep. Tadeu


Dep. Paulo


Dep. Paulo


Dep. Leupion


Dep. Tubini

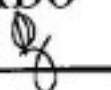

Dep. Renato


Dep. Pastor

Praca Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14



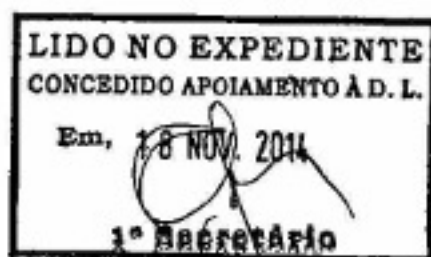


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº 482/2014



Declara de Utilidade Publica a Comunidade de Assistência Bom Pastor de Nova Esperança com sede E foro no município de Nova Esperança no estado do Paraná

Art. 1º Declara de Utilidade Publica a Comunidade de Assistência Bom Pastor de Nova Esperança , com sede em Nova esperança no estado do Paraná.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2014.


Tadeu Veneri
Deputado Estadual

18-NOV-2014 15:17 005622 1/1

DOP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Justificativa

A Comunidade de Assistência Bom Pastor de Nova Esperança tem por finalidade promover eventos para esclarecimento e prevenção do uso de drogas consideradas substâncias tóxicas entorpecentes; promover a recuperação e reabilitação de pessoas dependentes de substância tóxica entorpecentes, valendo-se de meios obtidos através de acompanhamento psicológico, sócio assistencial, oração, trabalho, leitura, reflexão individual e coletiva e de outras formas de atividades; promover e realizar trabalhos de orientação psicológicas, sócio assistencial e outros, junto a família do recuperado; criar, elaborar, coordenar e realizar projetos sociais destinados a formação voltada a qualificação profissional, geração de rendas e outros.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 482/2014

Projeto de Lei nº. 482/2014
Autor: Deputado Tadeu Veneri

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Comunidade de Assistência Bom Pastor de Nova Esperança, com sede e foro no município de Nova Esperança no Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 17.826/2013 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Assistência Bom Pastor de Nova Esperança**, com sede no município de Nova Esperança e foro no Foro Regional de Nova Esperança da Comarca da Região Metropolitana de Maringá, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:

Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar a sede e foro da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.

Dep. Pinheiro

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Dep. Tadeu

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR

Dep. Tadeu
Dep. Tadini
Dep. Romanelli
Dep. Pastor
Dep. Figueira
Dep. Figueira

Praca Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14 *[Assinatura]*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 482/2014

De acordo com o que determinam o artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 482/2014, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA - Declara de Utilidade Pública a **Comunidade de Assistência Bom Pastor de Nova Esperança**, com sede no município de Nova Esperança e foro no Foro Regional de Nova Esperança da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.



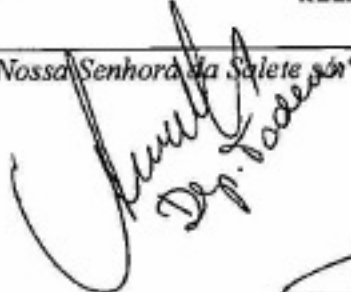
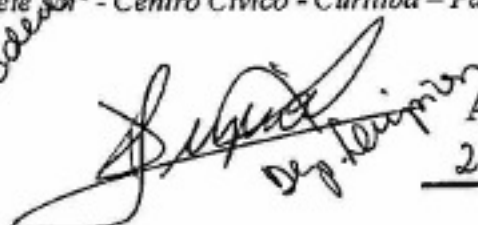
Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Comunidade de Assistência Bom Pastor de Nova Esperança**, com sede no município de Nova Esperança e foro no Foro Regional de Nova Esperança da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

25.11.14



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 22/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 18 SET. 2013

1º Secretário

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do
Tribunal de Contas do Estado do
Paraná, exercício de 2010.

ART. 1º. – Ficam aprovadas as contas do Tribunal de Contas do Estado
do Paraná, exercício financeiro de 2010.

ART. 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em, 11 de setembro de 2013

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator

14448 18/09/2013 088175 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Luperon

Antônio Carlos

Antônio Carlos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
17ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa

Parecer à Proposição nº 38/2013

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 38/2013, que trata da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2010.

Tal proposição foi submetida à análise e instrução sobre os aspectos formais técnicos-contábeis e de gestão, sendo os exames conduzidos em observância às técnicas geralmente aceitas sob a ótica das legislações aplicadas à Administração Pública, abrangendo os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, sendo considerado regular.

O Ministério Público junto ao tribunal de Contas, após estudo do processo apresentado acompanhou a opinião técnica elaborada pela Diretoria de Contas Estaduais do órgão, que opinou pela aprovação das contas, seguido do Acórdão nº 2867/12, proferido pelo Tribunal Pleno, assinado pelos Conselheiros Nestor Baptista, Artagão de Matos Leão, Caio Márcio Nogueira Soares, Ivan Lelis Bonilha e José Durval Mattos do Amaral e Auditor Jaime Tadeu Lechinski, que julgaram pela regularidade das contas apresentadas.

Diante do exposto, este relator verificou que a prestação de contas analisada mês a mês, no tocante a execução orçamentária e financeira, não foram encontrados indícios de inconformidades, pois atendeu os prazos legais, a legislação vigente, à instrução Normativa nº 41/2010, a Lei Complementar nº 113/2005, artigo 16, Inciso I e a Constituição Estadual, artigo 78, Inciso VI, concluindo pela regularidade da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Pelas razões contidas nos relatórios e pareceres exarados, decidimos pela Parecer Favorável e integral aprovação das contas do Tribunal de Contas do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 2010.

É o Parecer FAVORÁVEL – aprovado.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.


DUILIO GENARI
Presidente


ALEXANDRE CURI
Relator


Antonio


Luciano


Aníbal


Teodoro


Ricardo



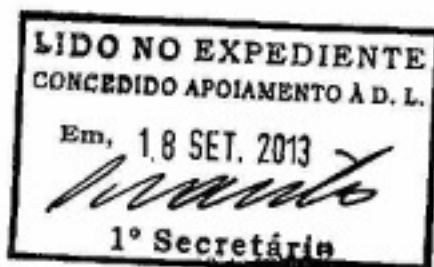
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kfury



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 3ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 23/13



SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício de 2011.

ART. 1º. – Ficam aprovadas as contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2011.

ART. 2º. – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em, 11 de setembro de 2013

DEPUTADO DUILIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator

14448 18/09/2013 088176 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Am. Am.
Alexandre

Adidas

Luiz

Antonio

Birba



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Comissão De Tomada de Contas



PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 039/2013

Autor: Tribunal de Contas

Sumula: Encaminha a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná exercício financeiro de 2011.

1 - PREÂMBULO

A Proposição nº 039/2013 tem por objetivo submeter à aprovação desta Casa a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2011, de responsabilidade do Conselheiro Fernando Augusto Mello Guimarães, encaminhada a esta Casa de Leis conforme Ofício 1967/12-OPD/GP, que trouxe em anexo o Acórdão nº 3483/12 do Tribunal Pleno, do Processo nº 147940/12 do Tribunal de Contas, bem como a íntegra do referido Processo em formato digital (CD-ROM).

2 - LEGITIMIDADE

No que se refere à análise legal da competência desta Casa para julgar a prestação de contas do Governador do Estado, devemos observar o disposto no art. 54, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná:

**Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:
XVIII - apreciar, anualmente, as contas do Tribunal de Contas;**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Comissão De Tomara de Contas



Além disso, o artigo 77 da própria Constituição Estadual determina a necessidade da prestação anual de contas, por parte do Tribunal de Contas, à Assembleia Legislativa:

Art. 77. O Tribunal de Contas, integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital do Estado, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 101 desta Constituição.

(...)

§ 6º. O Tribunal de Contas, quando do encerramento do exercício financeiro, prestará contas da execução orçamentária anual à Assembléia Legislativa.

Assim, verifica-se que o Presidente do Tribunal de Contas tem como obrigação prestar contas anualmente à Assembleia Legislativa.

3 - FUNDAMENTAÇÃO

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas, a proposição foi submetida à análise e instrução sobre os aspectos formais técnicos-contábeis e de gestão, sendo os exames conduzidos em observância às técnicas aceitas sob a ótica das legislações aplicadas à Administração Pública, abrangendo os sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, sendo consideradas regulares.

O Tribunal de Contas fez sua análise pela aprovação das contas através do seu Acórdão 3483/12, originário do Processo nº 14790/12, instrução 43/12 da Diretoria de Contas Estaduais de tal órgão. Após, foi chamado a se manifestar o Ministério Público de Contas, que exarou o Parecer 14142/12, opinando pela total regularidade da prestação de Contas por parte do Tribunal.

Desta forma, verificamos que na prestação de contas analisada, no que se refere à sua execução orçamentária e financeira, não foram encontrados quaisquer indícios de inconformidades, sendo atendidos todos os prazos legais, a legislação vigente, a Instrução Normativa 66/2011, a



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa
Comissão De Tomara de Contas



Lei Complementar, 113/2005 e os artigos 77 e 78 da Constituição Estadual, não restando duvidas sobre a sua regularidade.

4 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, decidimos pelo parecer FAVORÁVEL à integral aprovação das Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná referentes ao exercício financeiro de 2011, razão pela qual somos pela APROVAÇÃO da presente Proposição.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2013.

~~DEPUTADO DEILIO GENARI~~
~~Presidente~~

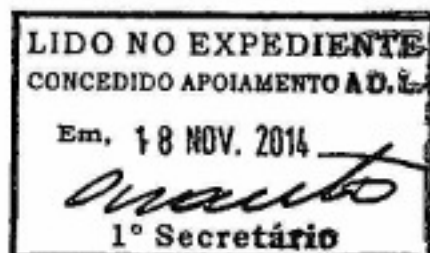
DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator

Ass. Alexandre

Deputado

Ass. Vilas

Ass. Zupiani

**PARANÁ**GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VETO Nº-8/14

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 18/11/2014

Presidente



Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 367/2014-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 428/2014, por considerar a parte vetada contrária à Constituição do Estado do Paraná.

Objetiva o autógrafo a alteração, conforme especifica, da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias, tendo o veto parcial apostado incidido especificamente sobre as disposições do "caput" do Art. 25A e seu Parágrafo único, incluído pelo Art. 6º do Projeto de Lei aqui tratado.

As disposições do Art. 25A, além de contrariarem o interesse público, ofendem a isonomia no tratamento dispensado aos contribuintes cuja situação fiscal é regulada pela Lei nº 17.082/2012, fazendo tabula rasa, ainda, dos Arts. 7º, 87, inciso VI, e 133, incisos I, II e III e § 8º, todos da Constituição do Estado do Paraná.

Em acréscimo, conforme o disposto no Art. 155, inciso XII, alínea "g", da Constituição da República Federativa do Brasil, e Arts. 1º e 10, da Lei Complementar nº 24/75, bem como o Art. 3º da Lei Estadual nº 11.580/96 e nos termos do Convênio nº 107/2014, aprovado pelo CONFAZ, a concessão de anistia e remissão, mediante o pagamento em parcela única, com a utilização de crédito de precatórios, somente poderá ser efetivada mediante expressa previsão em convênio firmado no âmbito do CONFAZ.

O dispositivo, se sancionado por esta autoridade, permitiria igualmente a concessão de benefício fiscal sem a fixação de termo final, possibilitando ao contribuinte, favorecido com a inovação legal, requerer a qualquer tempo a utilização de precatório para quitar os débitos previstos no art. 25A, afetado sensivelmente a segurança jurídica e fiscal do Estado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

Bem se vê, ainda, que a redação do Art. 25A poderia induzir à interpretação dúbia na aplicação do parágrafo único desse artigo, ora vetado, ao prever que o contribuinte em recuperação judicial poderia efetuar o pagamento em parcela única, mediante o simples requerimento de conciliação com créditos precatórios, sem vinculação aos débitos do imposto relacionados aos fatos geradores previstos no "caput" (fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2013). Também não deixa claro se o contribuinte em recuperação judicial poderia compensar seus débitos com precatórios com a dispensa da multa e juros prevista no "caput" do artigo.

Portanto, considerando a inexistência de autorização do CONFAZ e demais razões antes expostas, veto o referido Art. 25A e seu Parágrafo único, pois além de ser contrário ao interesse público, como gizado acima, viola frontalmente às disposições da Constituição do Estado do Paraná e da República.

Esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à apreciação dessa Casa de Leis.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência minhas considerações.



CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Lei nº. 18291

Data 04 de novembro de 2014

Súmula Alteração da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias, e adoção de outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O *caput* do art. 2º e seu § 1º da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Cria a Câmara de Conciliação de Precatórios que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por um representante da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, um representante da Secretaria de Estado da Fazenda e um representante da Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

§ 1º Os integrantes da Câmara de Conciliação de Precatórios serão indicados pelos respectivos órgãos, por meio de resolução, cabendo a presidência ao representante da Procuradoria Geral do Estado do Paraná."

Art. 2º O § 2º e seus incisos I, II e III do art. 14 da Lei nº 17.082, de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º No caso de recusa de crédito no parecer preliminar, o interessado poderá, por pedido protocolizado na sede da Procuradoria Geral do Estado em Curitiba, requerer a substituição por crédito de precatório alimentar, nos termos do § 1º deste artigo, ou por crédito de precatório comum, nos termos do inciso II do *caput* deste artigo, este desde que oriundo do mesmo cedente originário do precatório que se pretende substituir, observadas ainda as seguintes regras:

I - o pedido de substituição deverá ser formulado no prazo improrrogável de dez dias, contados na forma do art. 16A desta Lei;

II - o crédito oferecido em substituição somente será aceito se preenchidos todos os requisitos legais e regulamentares, inclusive a exigência de certeza, liquidez e titularidade;

III - não se admitirá oferecimento de novo crédito se o oferecido em substituição não for aceito, no todo ou em parte, cuja motivação constará no parecer conclusivo."

Art. 3º Os §§ 1º, 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 17.082, de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Os pedidos de acordo serão apreciados observando-se a seguinte ordem, sucessivamente:

I - o maior valor nominal da parcela postergada, somados todos os Termos de Acordo de Parcelamento objeto do pedido de acordo direto do mesmo interessado, considerado o CNPJ da matriz;

II - o maior valor do débito total parcelado sob o regime do art. 19 desta Lei, somados todos os Termos de Acordo de Parcelamento objeto do pedido de acordo direto do mesmo interessado, considerado o CNPJ da matriz;

III - o maior valor percentual da parcela postergada;

IV - a ordem cronológica de inscrição do Precatário objeto de conciliação, do mais antigo para o mais novo.

§ 2º Na hipótese de parcelamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações - ITCMD, será definida uma ordem de apreciação específica e única para ambos os tributos, observando-se os mesmos critérios definidos no § 1º deste artigo.

§ 3º Na hipótese de parcelamento com todas as parcelas já quitadas, remanescendo apenas a parcela postergada, também será definida uma ordem de apreciação específica e única para todos os tributos, observando-se os mesmos critérios definidos no § 2º deste artigo."

Art. 4º Acrescenta o § 5º ao art. 15 da Lei nº 17.082, de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 5º Pendendo providência a cargo do requerente ou de terceiros, a Câmara de Conciliação de Precatórios poderá passar à análise e redação do parecer conclusivo do próximo pedido, conforme ordem estipulada pelo § 1º deste artigo."

Art. 5º Os §§ 2º, 3º, 4º e 8º, todos do art. 16 da Lei nº 17.082, de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A Procuradoria Geral do Estado atualizará o valor total do precatório requisitório e do tributo objeto da conciliação, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos arts. 5º e 10 desta Lei.

§ 3º Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique que o requerimento não atende aos requisitos legais, ou a sua intempestividade, o procedimento será encaminhado para formulação imediata de parecer conclusivo, para indeferimento liminar pelo Procurador-Geral do Estado, observado o disposto no § 2º do art. 14 desta Lei.

§ 4º Do parecer conclusivo que resultar aproveitamento de crédito de precatório, o interessado será intimado para comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e, querendo, firmar termo de acordo no prazo de dez dias contados da intimação, podendo se fazer representar por seu advogado constituído no pedido de acordo.

(...)

§ 8º Havendo saldo remanescente em favor do contribuinte, de acordo com o previsto neste artigo, o valor do saldo será imputado nos débitos que o contribuinte detiver e que foram parcelados sob o regime desta Lei, quitando-se as parcelas, total ou parcialmente, na ordem decrescente dos respectivos vencimentos."

Art. 6º Insere os arts. 16A e 25A à Lei nº 17.082, de 2012, com a seguinte redação:

"Art. 16A. Os prazos de atos e de intimação da parte interessada a que se refere esta Lei serão contados:

- I – da confirmação da leitura por meio eletrônico, se a intimação for eletrônica;
- II – da data da ciência do recebimento do aviso de recebimento, quando a intimação for via correio;
- III – da data da assinatura da intimação pessoal."

"Art. 25A. ...Vetado..."

Parágrafo único. ...Vetado..."

Art. 7º Altera o art. 15 da Lei nº 17.771, de 26 de novembro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15. Revoga o inciso V do art. 14 da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012."

Art. 8º Restabelece a vigência do § 2º do art. 10 da Lei nº 17.082, de 2012, revogado pelo art. 15 da Lei nº 17.771, de 2013, com a seguinte redação:

"§ 2º Para os fins desta Lei, compete à Procuradoria Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões."

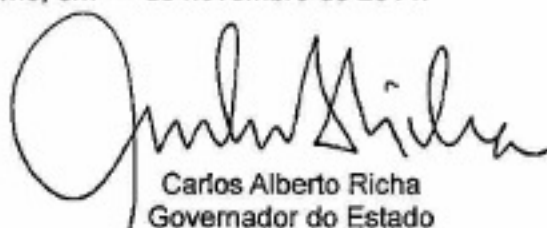
Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revoga:

I - o § 3º do art. 10A da Lei 17.082, de 9 de fevereiro de 2012; e

II - o § 3ºA do art. 16 da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012.

Palácio do Governo, em 04 de novembro de 2014.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Eduardo da Veiga Sebastiani
Secretário de Estado da Fazenda

Cezar Silvestri
Chefe da Casa Civil



PROJETO DE LEI 428/14

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Alteração da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias, e adoção de outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º O caput do art. 2º e seu § 1º da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Cria a Câmara de Conciliação de Precatórios que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por um representante da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, um representante da Secretaria de Estado da Fazenda e um representante da Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

§ 1º Os integrantes da Câmara de Conciliação de Precatórios serão indicados pelos respectivos órgãos, por meio de resolução, cabendo a presidência ao representante da Procuradoria Geral do Estado do Paraná."

Art. 2º O § 2º e seus incisos I, II e III do art. 14 da Lei nº 17.082, de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º No caso de recusa de crédito no parecer preliminar, o interessado poderá, por pedido protocolizado na sede da Procuradoria Geral do Estado em Curitiba, requerer a substituição por crédito de precatório alimentar, nos termos do § 1º deste artigo, ou por crédito de precatório comum, nos termos do inciso II do caput deste artigo, este desde que oriundo do mesmo cedente originário do precatório que se pretende substituir, observadas ainda as seguintes regras:

I - o pedido de substituição deverá ser formulado no prazo improrrogável de dez dias, contados na forma do art. 16A desta Lei;

II - o crédito oferecido em substituição somente será aceito se preenchidos todos os requisitos legais e regulamentares, inclusive a exigência de certeza, liquidez e titularidade;

III - não se admitirá oferecimento de novo crédito se o oferecido em substituição não for aceito, no todo ou em parte, cuja motivação constará no parecer conclusivo."

Art. 3º Os §§ 1º, 2º e 3º do art. 15 da Lei nº 17.082, de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Os pedidos de acordo serão apreciados observando-se a seguinte ordem, sucessivamente:

I - o maior valor nominal da parcela postergada, somados todos os Termos de Acordo de Parcelamento objeto do pedido de acordo direto do mesmo interessado, considerado o CNPJ da matriz;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

II – o maior valor do débito total parcelado sob o regime do art. 19 desta Lei, somados todos os Termos de Acordo de Parcelamento objeto do pedido de acordo direto do mesmo interessado, considerado o CNPJ da matriz;

III – o maior valor percentual da parcela postergada;

IV – a ordem cronológica de inscrição do Precatório objeto de conciliação, do mais antigo para o mais novo;

§ 2º Na hipótese de parcelamento do imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e do imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações – ITCMD, será definida uma ordem de apreciação específica e única para ambos os tributos, observando-se os mesmos critérios definidos no § 1º deste artigo.

§ 3º Na hipótese de parcelamento com todas as parcelas já quitadas, remanescendo apenas a parcela postergada, também será definida uma ordem de apreciação específica e única para todos os tributos, observando-se os mesmos critérios definidos no § 2º deste artigo.

Art. 4º Acrescenta o § 5º ao art. 15 da Lei nº 17.082, de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 5º Pendendo providência a cargo do requerente ou de terceiros, a Câmara de Conciliação de Precatórios poderá passar à análise e redação do parecer conclusivo do próximo pedido, conforme ordem estipulada pelo § 1º deste artigo.”

Art. 5º Os §§ 2º, 3º, 4º e 6º, todos do art. 16 da Lei nº 17.082, de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A Procuradoria Geral do Estado atualizará o valor total do precatório requisitório e do tributo objeto da conciliação, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos arts. 5º e 10 desta Lei.

§ 3º Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique que o requerimento não atende aos requisitos legais, ou a sua intempestividade, o procedimento será encaminhado para formulação imediata de parecer conclusivo para indeferimento liminar pelo Procurador-Geral do Estado, observado o disposto no § 2º do art. 14 desta Lei.

§ 4º Do parecer conclusivo que resultar aproveitamento do crédito do precatório, o interessado será intimado para comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e, querendo, firmar termo de acordo no prazo de dez dias contados da intimação, podendo se fazer representar por seu advogado constituído no pedido de acordo.

(...)

§ 6º Havendo saldo remanescente em favor do contribuinte, de acordo com o previsto neste artigo, o valor do saldo será imputado nos débitos que o contribuinte tiver e que foram parcelados sob o regime desta Lei, quitando-se as parcelas, total ou parcialmente, na ordem decrescente dos respectivos vencimentos.”

Art. 6º Insere o art. 16A à Lei nº 17.082, de 2012, com a seguinte redação:

“Art. 16A. Os prazos de comunicação de atos e de intimação da parte interessada a que se refere esta Lei serão contados:

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3330 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

- I – da confirmação da leitura por meio eletrônico, se a intimação for eletrônica;
- II – da data da ciência do recebimento do aviso de recebimento, quando a intimação for via correio;
- III – da data da assinatura da intimação pessoal.*

Art. 7º Altera o art. 15 da Lei nº 17.771, de 26 de novembro de 2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 15. Revoga o inciso V do art. 14 da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012.

Art. 8º Restabelece a vigência do § 2º do art. 10 da Lei nº 17.082, de 2012, revogado pelo art. 15 da Lei nº 17.771, de 2013, com a seguinte redação:

§ 2º Para os fins desta Lei, compete à Procuradoria Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revoga:

- I - o § 3º do art. 10-A da Lei 17.082, de 9 de fevereiro de 2012; e
- II - o § 3ºA do art. 16 da Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 08/2014

PARCIAL

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 08/2014

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 428/2014, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias, e adoção de outras providências.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CF. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 428/2014, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 17.082, de 9 de fevereiro de 2012, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias, e adoção de outras providências, restou parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Federal Brasileira.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 428/2014 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




data de **4 de novembro de 2014**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 08/2014, foi exarada em data de **18 de novembro de 2014**, sendo desta maneira tempestivo.

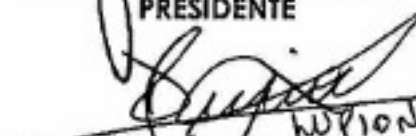
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

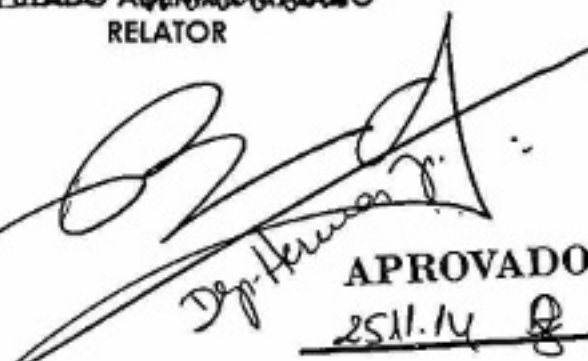
CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 25 de Novembro de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR TRINDADE
RELATOR


APROVADO
25.11.14